



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 64ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a homenagear o Sr. Humberto Eustáquio César Mota, presidente da Dufry do Brasil e do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro
- 1.2 - 15ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 64ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/11/2014

Presidência do Deputado Gustavo Corrêa

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Deputado Ivair Nogueira – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Humberto Eustáquio César Mota – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Ivair Nogueira - Duarte Bechir - Gustavo Corrêa - Luzia Ferreira.

Abertura

O presidente (deputado Gustavo Corrêa) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

Atas

– O deputado Duarte Bechir, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Sr. Humberto Eustáquio César Mota, presidente da Dufry do Brasil e do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Humberto Eustáquio César Mota, presidente da Dufry do Brasil e do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Rogério Nery, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, representando o governador do Estado, Alberto Pinto Coelho; deputado federal Rodrigo de Castro; Eduardo Azeredo, governador do Estado no período de 1995 a 1998; desembargador Paulo Mendes; Antônio de Pádova Marchi Júnior, procurador de justiça e presidente do Instituto de Ciências Penais; Maurício Roberto Gomes de Mattos, presidente do Conselho de Administração do Clube de Regatas do Flamengo; e deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Registramos a presença nesta solenidade dos Exmos. Srs. deputado eleito Felipe Attiê; Felipe Mota, presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais; e Lindolfo Paoliello,



vice-presidente da AC Minas; da Exma. Sra. Raquel Faria, jornalista do jornal *O Tempo*; e dos Exmos. Srs. Leopoldo Oliveira, jornalista; Paulo Navarro, jornalista e apresentador; e deputado federal Fábio Ramalho.

Registramos também o recebimento de mensagens que nos foram enviadas pelos Exmos. Srs. senador Aécio Neves; senador Zezé Perrella; e deputado federal Eros Biondini; pela Exma. Sra. secretária Renata Vilhena; e pelos Exmos. Srs. vereador Léo Burguês de Castro, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Eduardo Gouvêa Vieira, presidente do Sistema Firjan. Por meio dessas mensagens, S. Exas. e o representante da Firjan cumprimentam o Sr. Humberto Mota, homenageado desta noite e, naturalmente, o deputado Ivair Nogueira, pela iniciativa de propor a referida homenagem.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Grupo Vianna Musicais, com a participação especial da solista Vera Machado.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Ivair Nogueira

Boa noite a todos. Queria cumprimentar o deputado Gustavo Corrêa, meu amigo, esse grande e respeitado deputado por vários mandatos, que aqui representa o deputado Dinis Pinheiro, nosso amigo e dileto presidente desta Casa. Gostaria também de cumprimentar o nosso homenageado Humberto Eustáquio César Mota, presidente do Dufry do Brasil e do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Rogério Nery, secretário de Desenvolvimento Econômico, aqui representando o nosso amigo Alberto Pinto Coelho, governador do Estado; o deputado federal Rodrigo de Castro, nosso amigo e parceiro; Eduardo Azeredo, ex-deputado federal, ex-governador do Estado e eterno amigo – quando era prefeito de Betim, ele foi prefeito de Belo Horizonte; Paulo Mendes, desembargador; Antônio de Padova Marchi Júnior, procurador de justiça e presidente do Instituto de Ciências Penais; Maurício Roberto Gomes de Mattos, presidente do Conselho de Administração do Clube de Regatas do Flamengo.

Em primeiro lugar, quero trazer ao meu amigo Humberto Mota, ora homenageado, um abraço especial do nosso presidente Dinis Pinheiro, nesta noite muito bem representado pelo deputado Gustavo Corrêa, nosso companheiro nesta Casa.

Antes de me referir ao homenageado, considerando que estamos chegando ao final de mais um mandato, não poderia deixar de, em uma pequena prestação de contas, falar do companheiro deputado Dinis Pinheiro, jovem talentoso que, ao longo dos quatro anos em que exerceu a presidência desta Casa, soube transformá-la, com muita competência e dinamismo, fazendo com que a Assembleia Legislativa pudesse interiorizar o seu trabalho a cada dia e aproximar a população das discussões importantes que proporcionou. Mas essa competência não se verifica apenas durante o período em que o deputado Dinis Pinheiro esteve à frente da presidência desta Casa; o mesmo se viu também nos mandatos de outros presidentes que passaram por esta Casa, que tem a felicidade de contar com um corpo de pessoas do mais alto gabarito, que fizeram desta Assembleia Legislativa uma das assembleias mais respeitadas do País.

Faço essa observação como amigo e companheiro do deputado Dinis Pinheiro, que certamente gostaria muito de estar aqui, Dr. Humberto, mas que hoje está recebendo um título de cidadão honorário, o que o impediu de comparecer a esta solenidade. De qualquer forma, trago, em seu nome, um forte abraço, pelo reconhecimento que tem de sua pessoa, do seu dinamismo, do seu pioneirismo e, acima de tudo, por tudo aquilo que representa, tendo ocupado ao longo da sua vida cargos muito importantes, nos quais contribui de forma bastante positiva para o desenvolvimento econômico de nosso estado e do nosso país.

Para nós, desta Casa, aqui por mim representada, como autor do requerimento que deu origem a esta homenagem que teve a aquiescência de todos os deputados, é uma honra abrir as portas desta Casa Legislativa e recebê-los no Plenário do nosso Parlamento mineiro. Vejam que Minas Gerais é um estado festivo, assim como esta cidade. Como comentávamos há pouco no Salão Nobre, há mais de 11 eventos também de grande magnitude ocorrendo hoje na cidade de Belo Horizonte.

Mais uma vez, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais se reúne para homenagear personalidades relevantes no cenário mineiro e nacional. Nesta noite, a ocasião não poderia ser diferente e menos importante. Tenho a enorme felicidade de receber o jornalista, advogado e administrador Humberto Mota. Ao longo da vida profissional, ele sempre exerceu funções em empresas privadas e públicas, fomentando o desenvolvimento econômico e a geração de emprego, por meio de atitudes empreendedoras e comprometidas com o crescimento do País.

Hoje, ocupa a presidência da Dufry do Brasil e do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro. É membro conselheiro de importantes empresas nacionais e internacionais. É presidente do Conselho da Associação Nacional das Empresas Concessionárias de Aeroportos Brasileiros e membro do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Aviação Civil.

Para além das funções e da dedicação à vida privada, Humberto Mota destaca-se por ter ocupado também importantes cargos nas áreas governamentais, entidades classistas e comunitárias, o que demonstra sua dedicação às causas sociais e humanitárias. Entre outras funções, foi secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro; presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; chefe de gabinete da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Minas Gerais; assessor da presidência da Metais de Minas Gerais S.A., a Metamig; assessor especial do ministro de Estado da Fazenda; presidente do plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro; fundador e presidente da Agência Rio – Promoção, Desenvolvimento e Meio Ambiente; e presidente do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro, além de diretor da Construtora Convap.

Como não poderia deixar de ser, é também membro do Rotary Club. Mota também participou das reuniões da Rio+20 integrando a delegação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, da qual é membro. Tem participado ainda de missões comerciais e governamentais nas Américas, Europa, Ásia e África. Está periodicamente ministrando palestras sobre temas políticos e econômicos, participando de debates, publicando artigos em jornais e revistas sobre temas da conjuntura sócio-político-econômica.

Falar de todas as homenagens e condecorações que recebeu tornaria meu discurso extenso e cansativo. Cabe apenas enfatizar que as aproximadamente 20 honrarias refletem o trabalho de uma vida, na precisão dos detalhes e dedicação com o todo. É por isso que, com muita alegria, ressalto entre amigos o quão querido é Humberto Mota.



E hoje, de volta a Belo Horizonte, cidade em que morou e viveu, embora seja da nossa querida Minas Novas, e, tendo convivido por muito tempo também na nossa querida Pitangui, estou certo da emoção que deve estar sentindo agora por rever tantos amigos. E por saber o quanto esse ilustre homem valoriza a amizade, não poderia deixar de conceder esta homenagem, que não é minha, mas desta Casa, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do povo mineiro, e reconhecer a importância dessa trajetória para os familiares, amigos e todos aqueles que conhecem Humberto e fazem parte dessa bonita história.

Humberto Mota é símbolo de dinamismo e empreendedorismo, que são traços marcantes ao longo de sua trajetória e sua bela história. Por esses meritosos feitos, recebe esta justa homenagem e reconhecimento desta Casa. Talvez, meu amigo Humberto, esta Casa tenha até demorado para lhe prestar uma homenagem simples, tendo em vista as tantas outras que você recebeu, que são importantes, que constam do seu currículo. Esta Casa fez questão de trazê-lo aqui e reconhecer tudo o que você fez pelo nosso estado, pelo Rio de Janeiro, como presidente dos Correios, enfim, por todas as funções que exerceu e toda a contribuição, de forma decisiva, não só com o nosso estado, mas também o nosso país. Então, em nome desta Casa, do presidente desta reunião, deputado Gustavo Corrêa, do deputado Dinis Pinheiro e dos demais deputados desta Casa, queremos parabenizá-lo por esta simples homenagem, mas que é feita de coração, com muita gratidão. Muito obrigado!

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Gustavo Corrêa, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará entrega ao Sr. Humberto Eustáquio César Mota, presidente da Dufry do Brasil e do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “O empresário mineiro Humberto Eustáquio César Mota, advogado, administrador de empresas e jornalista, já exerceu, além de importantes cargos públicos, as funções de presidente, diretor e conselheiro de importantes empresas e entidades classista-comunitárias do Brasil. Por seu espírito empreendedor e sua constante preocupação social, recebeu, com justiça, algumas das mais significativas medalhas e condecorações de nosso país. Em reconhecimento ao relevante trabalho político-social que Humberto Mota, atual presidente da Dufry do Brasil, vem realizando ao longo de sua vida pública, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta-lhe essa merecida homenagem.”.

O presidente – Convido o deputado Ivair Nogueira, para, junto comigo, fazer a entrega da placa.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Humberto Eustáquio César Mota

Boa noite. Cumprimento o deputado Gustavo Corrêa, que nesta solenidade representa o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, a quem também agradeço pela homenagem que me é concedida e por quem tenho admiração pelos exemplos de seu avô e de seu pai, ambos amigos de toda a vida. Cumprimento o Exmo. Sr. Rogério Nery, secretário de Desenvolvimento Econômico, que aqui representa o querido amigo Alberto Pinto Coelho, governador do nosso estado; e o deputado Ivair Nogueira, caro amigo que muito me sensibiliza ao prestar esta homenagem que recebo com grande emoção.

Já recebi outras homenagens, mas a que você recebe dos representantes do povo de sua terra, na Assembleia do seu Estado, tem um significado diferenciado. Neste ano recebi o título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte e agora esta homenagem. Eu diria que, do ponto de vista de condecorações, estou plenamente realizado. As duas, sem desmerecer as outras, bastam-me. O deputado Ivair Nogueira foi quem teve a generosidade de propor esta iniciativa. Muito obrigado. Essa dívida nunca resgatarei.

Cumprimento também o deputado federal Rodrigo de Castro, por quem também tenho uma admiração que vem do pai, Danilo de Castro; o Eduardo Azeredo, governador do Estado de Minas Gerais e caro amigo, referência de dignidade na vida pública brasileira; o Exmo. Sr. desembargador Paulo Mendes; o Exmo. Sr. Antônio de Padova Marchi Júnior, procurador de justiça e presidente do Instituto de Ciências Penais; o caro amigo Maurício Roberto Gomes de Mattos, presidente do Conselho de Administração do Clube de Regatas do Flamengo; e todos os amigos presentes.

Peço licença para fazer considerações das pessoas do deputado Fábio Ramalho e do querido amigo Jason Duarte. Quero, primeiramente, reiterar aqui os agradecimentos ao ilustre deputado Ivair Nogueira, ex-prefeito de Betim, pela homenagem a mim prestada, e ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro, por abrir as portas desta Casa para esta solenidade, para mim, tão especial. Estendo meus agradecimentos a todos os ilustres deputados que compõem a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por apoiarem esta moção.

Acredito que a generosidade, própria do sentimento da amizade, foi a inspiração que motivou a concessão desta homenagem, que muito me emociona e orgulha. Sou homem da minha terra e da minha gente. Sei também da responsabilidade em receber tal distinção de um estado de tão fortes tradições cívicas e políticas. Esta noite, festejamos a amizade em toda a sua plenitude. Nascido em Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, filho de pai alfaiate e carteiro, Joaquim, e de mãe professora, Carmem, Minas deu-me a vivência prática dos valores fundamentais que recebi dos meus pais. Vivi a adolescência em Pitangui, a minha formação se deu em Belo Horizonte e, depois, transferi-me para o Rio, mas todos os meus caminhos aqui se iniciaram. Minas é a base de tudo que conquisei, com o apoio da família e dos amigos, da generosidade de Deus, com a permanente proteção dos padroeiros São Judas Tadeu, Santa Rita de Cássia, Padre Eustáquio, Nhá Chica e Nossa Senhora Aparecida.

Ao olhar o caminho percorrido até hoje, digo, com certeza, que o meu maior patrimônio são os amigos, e a presença conosco de muitos deles realça o sentido das minhas palavras. Em Minas Gerais vivi 29 anos, formei-me, iniciei minha vida profissional e tive o primeiro dos meus cinco filhos, também Humberto; no Rio, nasceram Mônica, Renato, Joaquim e Carmen. Esta noite vivo e sinto a nossa Minas, sempre na vanguarda da política e da cultura, presente na minha memória, fonte de sonhos realizados, de amizades e afetos que se prolongam no tempo, mesmo daqueles – aqui eu vejo a Cecília – que hoje nos acompanham de outras dimensões. Quando me mudei de Minas, estava pós-graduado na escola da vida. Nas empresas que dirigi e nas funções públicas que exerci, a mineiridade foi sempre o meu norte.

Meus amigos, o momento que vivemos exige também uma reflexão política. Como presidente da Dufry do Brasil e do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro, ressalto que é extremamente importante que assuntos referentes ao nosso



cenário econômico façam parte da agenda de especialistas, empresários, governantes e da sociedade como um todo. Só assim podemos gerar discussões profundas e análises transparentes, fomentando iniciativas em prol da retomada do crescimento. Acredito que, em economia, boa parte do futuro depende do que as pessoas esperam dele. Um governo que acredite na iniciativa privada pode criar condições para que os empresários e os investidores voltem a apostar no Brasil. É o que vem fazendo a Dufry desde 2006. De uma loja de tabaco, fundada em 1865, sob o nome de família Weitnauer, na Basileia, Suíça, a uma companhia multinacional, com atuação em mais de 65 países.

Essa é a história da Dufry, que, em seus 150 anos, é a líder global em varejo de viagem: opera cerca de 1.700 lojas Duty Free e Duty Paid em aeroportos, navios de cruzeiro, portos, estações de trem e áreas turísticas localizadas nos centros das cidades, empregando mais de mil colaboradores de 70 diferentes nacionalidades.

Esse extraordinário sucesso não aconteceu por acaso. Foco no cliente, parceria com os fornecedores e valorização de sua equipe profissional foi o tripé que a tornou inovadora, compromissada socialmente com as comunidades onde opera e contemporânea do futuro. Hoje, globalizada, a Dufry consegue adaptar seus negócios a quaisquer espaços e oportunidades, um conceito que a levou ao topo da indústria de varejo de viagem em vendas e rentabilidade.

Recentemente, reforçamos expressivamente a nossa liderança no mercado global com a aquisição da Nuance, uma das principais varejistas de viagem, com 90 anos de existência. No Brasil, estamos presentes, com 80 lojas, em 14 cidades, entre terminais internacionais e domésticos, tendo ainda loja de rua na sede do Rio de Janeiro. Em São Paulo, Guarulhos, temos a mais moderna e maior loja Duty Free de todo o mundo. Em Minas Gerais, temos o Duty Free no Aeroporto de Confins desde 1994, quando ainda éramos Brasif.

No ano passado, a Dufry Global gerou uma receita líquida equivalente a R\$6.400.000.000,00. No Brasil, obtivemos resultados satisfatórios este ano com novas lojas, reformas e ampliações das existentes e o grande êxito do trabalho da Dufry Sports na Copa do Mundo, em que fomos os operadores das lojas oficiais da Copa Fifa 2014, com a venda de produtos licenciados pela Globo Marcas.

Ontem assinamos um novo contrato para o Duty Free do Aeroporto do Galeão, onde vamos dobrar a nossa área de vendas de 4.000m² para 8.000m². Foi um grande encerramento de um ano complexo e desafiador. Prestes a completar 150 anos de história, tenho orgulho de afirmar que a Dufry vem apresentando resultados consistentes, que confirmam a sua trajetória de crescimento dos últimos anos. Para 2015, vamos trabalhar as oportunidades que se abrem no varejo de viagem, com as lojas de fronteira no Brasil. Não tenho dúvidas de que será um ano especial. Que o seja para todos nós. Muito obrigado.

Palavras do Presidente

Exmo. Sr. deputado Ivair Nogueira, 1º-vice-presidente desta Casa, meu caro amigo e grande parlamentar, que tão bem representa o povo mineiro, a quem quero parabenizar pelo requerimento que deu origem a esta homenagem; Sr. Humberto Eustáquio César Mota, presidente da Dufry Brasil e do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro, nosso homenageado da noite de hoje; caro amigo Rogério Nery, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, representando neste ato o nosso governador Alberto Pinto Coelho; deputado federal Rodrigo de Castro; deputado federal Fábio Ramalho; deputado estadual Felipe Attiê; Exmo. Sr. Eduardo Azeredo, governador deste estado no período de 1995 a 1998; Exmo. Sr. desembargador Paulo Mendes; Exmo. Sr. Antônio Padova Marchi Júnior, procurador de justiça; Exmo. Sr. Maurício Roberto Gomes de Mattos, presidente do Conselho de Administração do Clube de Regatas do Flamengo, que, tenho certeza, deve estar hoje um pouco satisfeito em saber que o time dele perdeu para o campeão da Copa do Brasil, não perdeu para qualquer time do nosso país, boa noite. Quero cumprimentar todo o público presente na pessoa da Leia, esposa do deputado Ivair Nogueira.

Antes de fazer a leitura do pronunciamento elaborado pela assessoria da Casa, peço licença aos senhores e às senhoras para dizer que o presidente, deputado Dinis Pinheiro, como o deputado Ivair Nogueira disse, não poderia estar presente em virtude de estar sendo homenageado hoje em uma cidade mineira. Ele, que tão bem dirigiu os destinos desta Casa nos últimos anos, fazendo com que fosse ao encontro de tudo o que a população, o povo mineiro desejava, de forma transparente, clara, séria e austera, pediu-me que o representasse. Eu disse que para mim, meu caro Humberto Mota, seria sem dúvida alguma uma experiência ímpar. Voltando no tempo, estaria tendo oportunidade de presidir uma reunião em que estaria sendo homenageado um grande amigo do meu avô, que onde quer que esteja, está extremamente orgulhoso do seu neto, tenho certeza disso. Não foram poucas as vezes em que tive oportunidade de ouvir os relatos das conversas dos almoços, que foram inúmeros, de que você e ele tiveram oportunidade de participar. Então, para mim, é uma grande honra. Mais do que isso, saiba que ficará marcado em minha trajetória política.

Santos Dumont, Carlos Chagas, Fernando Sabino, Ivo Pitanguí, Ziraldo, Pelé, Sebastião Salgado. Tantos são os mineiros que conquistaram o País e o mundo com seu trabalho, seu talento e sua seriedade, desenvolvidos nas mais diferentes áreas profissionais. Humberto Mota, jornalista e administrador, formado pela UFMG e pela UNA, que atuou com brilhantismo na imprensa escrita e na televisão em Belo Horizonte, é hoje reconhecido como um executivo de uma importante companhia internacional, além de atuante líder empresarial no Rio de Janeiro. Nessa carreira de inegável sucesso, que hoje a Assembleia de Minas reconhece e aplaude, demonstrou, como todos os grandes mineiros citados, a mesma mescla de inteligência, dedicação e imenso interesse e responsabilidade diante de sua comunidade e de seu País. Atuou tanto na área governamental quanto na área privada. É hoje presidente e *chairman* da Dufry do Brasil, além de ocupar o posto mais alto no Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro, entidade que dirigiu anteriormente.

Tem também se destacado como integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Entre seus incontáveis prêmios, medalhas e condecorações, foi escolhido como Personalidade Cidadania por duas vezes, numa votação de líderes comunitários dirigida pelo Centro de Informação das Nações Unidas e a Associação Brasileira de Imprensa, o que demonstra seu alto comprometimento com nosso desenvolvimento social. Sua responsabilidade ambiental fez com que participasse das reuniões do Rio+20, comprovando seu interesse pelo futuro ecológico do planeta.



Desde 2006, na Dufry do Brasil, acompanhou o crescimento mundial da empresa, líder global no varejo de viagens, em espaços seguros com *design* de ponta e onde são encontradas as principais marcas. Com Humberto Mota, a fabricação nacional passou a ser valorizada nos *free shops*, enfatizando a venda de produtos brasileiros para clientes estrangeiros.

Em sua destacada atuação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, tem-se batido pela realização das reformas estruturais que o País tanto precisa, defendendo um pacto republicano pela reforma política. Esta Casa, portanto, por meio do deputado Ivair Nogueira, que tem todo o interesse em promover os mais urgentes debates, tão necessários neste momento histórico, saúda a preocupação do Humberto Mota com o fortalecimento de nossas instituições em nome da retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento sustentável.

Queira, portanto, caro homenageado, receber o abraço dos que, neste Parlamento, representam o povo mineiro, que tanto se orgulha deste que aqui teve lapidada sua formação e aqui deu seus primeiros passos profissionais. Minas, que Guimarães Rosa chamou “entidade tão vasta, feita de celebridade e lucidez, de cordilheira e história”, só é assim porque foi esculpida pelas mãos e pelo trabalho de cidadãos que exibem a mesma têmpera de Humberto Mota. Muito obrigado a todos.

Apresentação Musical

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Grupo Vianna Musicais, com a participação especial da solista Vera Machado, que apresentará a música *Ave Maria*, de Gounod.

– Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 28, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/11/2014

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Gustavo Corrêa

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.494/2014; Questão de Ordem – Requerimento do deputado Sávio Souza Cruz; discursos dos deputados João Leite, Rogério Correia, Lafayette de Andrada, Gustavo Valadares e Ulysses Gomes; Questão de Ordem; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos; prejudicialidade do requerimento – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Braulio Braz - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fred Costa - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Rogério Correia - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) – Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Gustavo Corrêa, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questões de Ordem

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, solicitei uma questão de ordem para dizer que estou apresentando à Mesa da Assembleia requerimento pedindo ao governador Alberto Pinto Coelho que revogue um decreto feito por ele na semana passada. Esse decreto altera a composição do caixa único do Estado e coloca o Ipsemg e os recursos do fundo de saúde do Ipsemg no caixa único do Estado. Não estou falando do fundo de previdência. Quanto a esse, infelizmente, este ano a Assembleia Legislativa aprovou o repasse do dinheiro do fundo do servidor para outro fundo, e o dinheiro já foi gasto pelo governo em outras ações. Foram retirados R\$3.400.000.000,00 do fundo de previdência do servidor público. O fundo a que me refiro é o fundo de saúde. Descontam-se 3,2% no contracheque do servidor – isso é opcional, não é mais obrigatório – complementados com outras taxas, para se ter o plano de saúde. Esse recurso no Ipsemg já é de R\$200.000.000,00, R\$250.000.000,00. O governo não poderia utilizá-lo no caixa único, por isso, agora, no final do mandato, alteraram o decreto, criando possibilidade de esse dinheiro ser deslocado do fundo de saúde para o caixa único. O secretário da Fazenda fez um ofício – estou anexando isso ao requerimento – para o presidente do Ipsemg, solicitando que, até a próxima segunda-feira, seja retirado do fundo de previdência do servidor todo o recurso que lá existe. Então, deputado Dilzon Melo, repito, R\$200.000.000,00, R\$250.000.000,00 fazem parte do percentual descontado do contracheque do servidor público, que passará para o caixa único. Que prejuízos serão causados? Em primeiro lugar, o fundo de previdência dos servidores ficará zerado. Isso poderá levar à paralisação das obras da ala B do Hospital do Ipsemg – os servidores estão preocupados com isso –, a paralisação de recursos para a compra de medicamentos e o fim de contratos com médicos e dentistas. O fundo ficará zerado a partir de agora até o próximo governo. As aplicações financeiras do fundo rendem cerca de 11 a 17 milhões por ano. Sem o fundo, isso não acontecerá



mais. O Estado perderá permanentemente esses recursos caso continue valendo esse decreto. Estou entrando com esse requerimento na Casa solicitando ao governador Alberto Pinto Coelho que não proceda dessa forma no final de governo. Sei que a situação deixada pelo governo, sob o ponto de vista econômico, é crítica. Conforme o levantamento que fiz deste ano, o governo arrecadou até agora R\$61.970.000.000,00, mas gastou R\$64.023.000.000,00, ou seja, está gastando quase R\$3.000.000.000,00 a mais que arrecadou. Agora, está fazendo a limpeza dos fundos e caixas de tudo o que existe no Estado para dar conta de terminar o orçamento do ano. Esse é o quadro trágico do chamado choque de gestão. Na verdade, é o déficit que não é zero, que neste ano está chegando a cerca de três bilhões de reais. Não se pode resolver esse problema pegando dinheiro do servidor público, que, de forma sagrada, coloca-o no seu fundo de previdência. Sr. Presidente, em função de ações como essa é que, nesta Casa, a oposição ao governo que está terminando, que perdeu as eleições, está obstruindo os trabalhos. Não é possível que uma transição seja feita dessa forma, com o povo de Minas perdendo, com mais esqueletos, mais armadilhas sendo colocadas para o governo que vai entrar. Essa tem sido, infelizmente, a atitude de uma transição de faz de conta, que deixa heranças malditas e cada vez maiores para o governo. É este o sentido da obstrução que a oposição está fazendo: servir como denúncia sobre o que o governo está fazendo. O objetivo da nossa questão de ordem era explicar o motivo da nossa obstrução. Então, Sr. Presidente, verificando que não há quórum no Plenário, solicito que V. Exa. encerre de plano a reunião, pela inexistência de 26 deputados que não vimos nesta Casa. Muito obrigado.

O deputado João Leite – Sr. Presidente, é normal lançar várias acusações, mas não querer o contraditório...

O presidente – Com a palavra, o deputado João Leite.

O deputado Rogério Correia – Solicitei que V. Exa. encerrasse a reunião por falta de quórum.

O deputado João Leite – Estou com a palavra, Sr. Presidente.

O deputado Rogério Correia – Pedi a V. Exa. que encerrasse a reunião por falta de quórum, Sr. Presidente.

O presidente – Deputado Rogério Correia, peço a sua colaboração, baseado na questão formulada por V. Exa., aliás, uma belíssima questão de ordem. V. Exa. contou com a generosidade deste presidente. Então, diante desse atendimento da sua questão de ordem, que não foi procedente, vou conceder a palavra ao deputado João Leite. Então, peço a sua compreensão, deputado Rogério Correia. Com a palavra, o deputado João Leite.

O deputado Rogério Correia – Presidente, não entendi V. Exa.: fiz uma questão de ordem solicitando, regimentalmente, o término desta reunião.

O presidente – Deputado Rogério Correia, estou pedindo a cooperação de V. Exa., que apresentou uma questão de ordem. Na realidade, não foi abordado nenhum assunto procedente, inerente à questão de ordem, porque V. Exa. abordou outro assunto totalmente diferente. A presidência acolheu, de forma muito gentil, o pleito de V. Exa., contestando outros deputados que vieram aqui abordar a manifestação de V. Exa. Assim sendo, peço a colaboração de V. Exa.

O deputado Rogério Correia – Presidente, na minha questão de ordem expliquei o motivo da nossa obstrução e solicitei que V. Exa. encerrasse a reunião por falta de quórum. Essa foi a questão de ordem que apresentei.

O presidente – Com a palavra, o deputado João Leite.

O deputado João Leite – Sr. Presidente, obrigado por me garantir a palavra. Esta é a verdade: lançam um monte de inverdades e não querem o contraditório. Tenho aqui uma mensagem do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento – Conseplan. Deputado Inácio Franco, eles querem discutir o atraso do repasse dos recursos pertencentes ao Estado. Doutor Wilson Batista, gostam de dizer “os tucanos e os outros partidos que apoiam os tucanos”. Tucano é o nosso time; o outro deve ser camaleão. É muita cara de pau virem aqui e cobrarem do governo Alberto e de nós, enquanto o governo do PT, do Pimentel, que é do PT, não repassa dinheiro aos estados e aos municípios. Olhem os valores, o que está atrasado. As transferências do governo federal estão em atraso. Enquanto falam isso, a Dilma, do PT, está tentando arrebentar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta é a verdade: de um lado estão os tucanos – que não são só tucanos, pois há vários companheiros do PSD, PSB e PDT; são muitos os partidos que nos ajudam, mas vamos dizer que são os tucanos, uma ave brasileira muito bela; do outro lado estão os camaleões, que ficam mudando. Deputado Carlos Pimenta, estão em atraso as transferências para os Estados e para os municípios. Deputado Braulio Braz, preste atenção: estão em atraso os repasses da Lei Kandir, do auxílio financeiro, do salário educação, dos *royalties* do petróleo e do gás natural; do SUS, do Fundeb, de convênios, entre outros, recursos dependentes de repasse da União para o Estado de Minas Gerais. Sabem quanto? São R\$330.000.000,00, e, mesmo assim, vêm aqui cobrar do governo enquanto estão rasgando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora há uma figura em Minas Gerais que é a comissão de transição. Que figura é essa? Totalmente fora da realidade, do que vivemos. Não se vota mais na Assembleia porque há uma comissão de transição. Quem é ela? Ninguém sabe. É ela que vai determinar o que se vota. Além disso, há as perdas e as receitas decorrentes das desonerações. O PT fez a festa, desonerou para todo o mundo. Não se paga IPI de carro, não se paga mais nada, esquecendo-se de que estão matando estados e municípios, onde vivem as pessoas. O PT matou municípios e estados. Estamos vendo a situação das prefeituras, que não é diferente da dos estados. Enquanto isso, entregaram a Petrobras a uma quadrilha. Os camaleões entregaram a Petrobras a uma quadrilha! O PT permitiu que o brasileiro fosse roubado! Roubaram os brasileiros! E vêm falar aqui de acerto, enquanto entregaram a Petrobras a uma quadrilha. Um lá, um sujeito que é o sub do sub aceitou devolver US\$100.000.000,00. O valor é em dólar. Eles só trabalham com dólar. Agora a Suíça vai ajudar a achar os ladrões dos brasileiros, aqueles que roubaram a saúde e a educação. E querem falar aqui de dinheiro de servidor do Estado, enquanto roubaram o País? Roubaram o País, levaram o dinheiro do País, e parece que não houve nada. Eles vêm aqui com a cara levada. O Pimentel, do PT, foi comprar banana no Equador, porque querem fazer um país bolivariano. Acaba-se a família, acaba-se tudo, só eles serão donos de tudo. Acordem, brasileiros! O PT está roubando a gente! Armaram uma quadrilha no País. Não vamos aceitar isso. Vamos para a luta!

O presidente – Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Dilzon Melo) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 28 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**2ª Fase**

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.494/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, que consolida a legislação tributária do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, questão de ordem. Há uma série de requerimentos apresentados. No primeiro, eu havia solicitado a V. Exa. a palavra pelo art. 164, porque fui indevidamente chamado de várias coisas pelo deputado João Leite. Em segundo lugar, V. Exa. também não leu os requerimentos de inversão de pauta, que são vários. Primeiro devem vir os requerimentos de inversão de pauta e posteriormente a transcrição do projeto. É a questão de ordem que apresento a V. Exa., regimentalmente.

O presidente – Com a palavra, o deputado João Leite. Neste momento o Projeto nº 5.494 não pode ter sua ordem alterada.

O deputado Rogério Correia – Não esse, mas o restante dos projetos são alterados. Presidente, os requerimentos são feitos em relação à pauta. Ela tem de prevalecer.

O presidente – O deputado Rogério Correia está correto. A assessoria está nos orientando, e está com razão neste momento o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia – Antes eu havia solicitado a V. Exa. a palavra pelo art. 164.

O presidente – Neste instante, pelo art. 164, não.

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Sávio Souza Cruz em que solicita a inversão da pauta desta reunião de modo que o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de votação. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, estamos diante de um processo de obstrução de um governo que legalmente não existe ainda. Na verdade, nem é um governo, mas uma comissão de transição. Imaginem que o Estado de Minas Gerais está parado, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais está parada, porque uma comissão de transição determinou que a Assembleia Legislativa não vote. Nem conheço as pessoas dessa comissão de transição, elas sequer foram eleitas pelo povo de Minas Gerais. O futuro governador ainda não assumiu, e as contas dele têm algumas coisas espantosas, que é o normal. Pimentel, do PT, disse que gastaria 40 milhões na campanha para governador; gastou 51 milhões, acompanhando o que está acontecendo em Brasília, porque a presidente Dilma, do PT, gastou 318 milhões na campanha dela. Pimentel, do PT, diz que gastaria R\$40.000.000,00 na campanha para governador, mas gastou R\$51.000.000,00. Isso é o que ele declarou. E agora uma comissão de transição, totalmente estranha, quer mandar em Minas Gerais. Ela diz que acaba o seu trabalho amanhã. Como o Sr. Pimentel, do PT, explica a sua campanha? Agora, nas notas da campanha do Pimentel, acharam documento que mostra que quem fez tudo foi o irmão do dono do avião em que foi encontrado dinheiro em Brasília. A Polícia Federal deu o bote, e quem fez a campanha do Pimentel foi o irmão do Bené. Acharam não sei quantos milhões no avião do Bené. Será o Benedito? No avião do Benedito estava esse dinheiro todo e, quando a Polícia Federal chegou e flagrou o homem que fez a campanha do Pimentel, do PT, ele disse que o dinheiro era para fazer exame de saúde. Ele foi flagrado com esse dinheiro que, na verdade, é resto de campanha. Sobrou dinheiro da campanha do Pimentel, do PT, em Minas Gerais. Agora, eles têm que explicar esse dinheiro, têm que explicar essa campanha.

Eu vejo, com ressalva, algumas contas dos meus colegas. Onde estão as ressalvas de R\$11.000.000,00 da campanha do Pimentel, do PT? Como será aprovada uma campanha para governador de Minas Gerais se R\$11.000.000,00 apareceram do nada? Enquanto isso dizem que há ressalva na conta do deputado fulano de tal, porque apareceu uma nota fiscal de posto de gasolina. E os R\$11.000.000,00 do Pimentel, do PT. De onde vieram esses recursos para campanha? Quando eu jogava futebol e acontecia isso, diziam que era gol de mão. Fizeram um gol de mão em Minas Gerais.

No Norte de Minas, está estourando tudo, até dentaduras em saco de linhagem. O eleitor metia a mão no saco de linhagem para experimentar a dentadura. Estão aí os coronéis do PT, fazendo campanha em Minas Gerais. O maior coronel é o Pimentel, do PT. Ele tem que explicar esse dinheiro. Eram R\$40.000.000,00 para fazer uma campanha e, de repente, deputado Mourão, aparecem mais R\$11.000.000,00 do nada. Agora, ele quer dizer que são R\$51.000.000,00, fora o dinheiro do Benedito, que fez a campanha do Pimentel, do PT, que chegou naquele avião, em Brasília. E querem falar o que deste governo? Que Lafayette de Andrada foi secretário, que Bonifácio Mourão foi líder, que Valadares foi líder, que Duarte Bechir foi líder, que nós apoiamos? Um governo que tratou as contas de Minas com honestidade, com cuidado? Enquanto isso vêm os camaleões, que se vestem de toda pureza, mas na verdade entregaram a Petrobras, a Eletrobrás. Entregaram tudo para roubo. Roubaram o Brasil, e a campanha deles é desse jeito. Partido dos Trabalhadores: R\$318.000.000,00 numa campanha para presidência, foi o que a presidente Dilma gastou. Partido do Sr. Pimentel, que previa gastar R\$40.000.000,00 e gastou R\$51.000.000,00, e avião cheio de dinheiro voando para todos os lados. E o que aconteceu no Norte de Minas? E o que aconteceu em vários lugares? Pimentel, do PT tem que explicar. Enquanto isso, cobram dos outros. É como Jesus disse mesmo: o PT fica cobrando que nós engolimos um mosquito, mas eles engolem um camelo. Essa é a campanha deles. Como é que uma campanha dessas pode ser reconhecida pelo Tribunal Regional Eleitoral? A campanha do PT pode passar? Pode passar a campanha do Pimentel? Pode passar a campanha que aconteceu no Norte de Minas: dentadura para lá, dentadura para cá? Pode acontecer, em Minas Gerais, que uma comissão de transição mande na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, conforme faz um vice-governador que ainda não é governador e que desrespeita esta Casa, como o Toninho Andrade? Ele tem que explicar o que tem dito para a imprensa: que a Assembleia não vai votar nada. Sr. Toninho Andrade, o senhor não manda na Assembleia Legislativa. O senhor está eleito, mas não sabemos se vai tomar posse porque vocês têm que explicar muita coisa na



campanha. O senhor respeite a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O senhor não manda aqui. Não é possível termos outro governo do PMDB e do PT com o governador determinando quem vai ser o presidente da Assembleia, por ofício. E eles engolem tudo.

O que está acontecendo é inaceitável. Enquanto isso, em Brasília, estão acabando com a Lei de Responsabilidade Fiscal. E querem cobrar do governador Alberto dizendo que ele não pode. O Banco do Brasil guarda o dinheiro que esta Casa votou de empréstimo e está segurando o dinheiro para deixar Minas Gerais em má situação; não libera o empréstimo que foi concedido; estão lá segurando. Além disso, há os repasses para Minas Gerais. Isso é crime. Eles acham que vão, de alguma forma, atingir a nós, deputados que apoiamos este governo; acham que vão atingir o governador Alberto, mas estão atingindo os pobres de Minas Gerais; estão atingindo aqueles que recorrem aos hospitais públicos, que precisam de medicamentos, que precisam de cirurgias. Estão atingindo os alunos das escolas, as obras do Estado de Minas Gerais. É isso que estão atingindo.

Nós não vamos nos calar. Preparem-se. Em primeiro lugar, queremos saber se a campanha do PT, em Minas Gerais, vai ser legalizada porque muitas explicações têm que ser dadas. É preciso investigar a campanha do PT, do Pimentel. É preciso investigar os aviões que voaram com dinheiro para lá e para cá. Vejam a declaração deles. Quem fez a campanha do Pimentel foi o irmão do Benedito, o irmão do Bené, que é o homem do dinheiro, é o homem do avião. Enquanto isso, o Sr. Pimentel e o PT ficam reclamando de um aeroporto feito em Minas Gerais, que passou para a prefeitura. É a prefeitura que cuida de aeroporto em todos os lugares. Enquanto isso, gastam US\$1.000.000.000,00 em Cuba para fazer um porto. E querem falar de um aeroporto em Minas Gerais. Ora, ninguém acredita. Se somos os tucanos, eles são os camaleões. Quero ver, quero acompanhar se as contas do PT, do Pimentel, vão ser aprovadas. Se forem aprovadas, não dá para ficar cobrando notinha fiscal de posto de gasolina de candidatos nessa campanha. A campanha do Pimentel que o PT fez no Estado de Minas Gerais foi lamentável.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* – Presidente, sei que a derrota eleitoral dos tucanos foi dura. Aécio perdeu em Minas. Perdeu para governo do Estado no 1º turno e perdeu no 2º turno. Aécio quebrou Minas e Aécio perdeu em Minas. Perdeu porque os mineiros já não aguentavam o governo dos tucanos. Não aguentavam as mentiras e tudo o que era escondido debaixo do tapete. Até aeroporto foi escondido debaixo do tapete. Tudo de errado era feito e nada podia aparecer na imprensa. Por isso Aécio perdeu em Minas. Inicialmente, achei que esse ódio que o PSDB tem do povo mineiro, do povo brasileiro, das camadas populares e especialmente do PT se tratava apenas de uma ressaca eleitoral, de um ressentimento. E até compreendi. É uma ressaca eleitoral dura mesmo. Aécio perdeu em Minas. Dói no ouvido dos tucanos, mas é a verdade. Aécio perdeu em Minas. Tem até uma piada que está sendo contada nas redes sociais. Um mineiro chegou na Cidade Administrativa e perguntou: “Eu vim aqui porque quero cumprimentar o governador eleito Pimenta da Veiga”. Quem cuidava da Cidade Administrativa disse: “Pimenta da Veiga e Aécio perderam a eleição. Quem está aqui agora governando é o Sr. Fernando Pimentel”. Ele falou: “Muito obrigado”. E foi embora. E foi assim sucessivamente. Na décima vez ele chegou lá e falou: “Eu vim aqui visitar o governador eleito Pimenta da Veiga”. E o funcionário da Cidade Administrativa disse: “Pimenta da Veiga e Aécio perderam a eleição. Quem está governando agora é o Sr. Fernando Pimentel e o senhor já veio aqui 10 vezes falar isso”. E o moço falou: “É porque eu adoro ouvir isso”. Essa é a piada que está sendo contada em toda Minas Gerais.

Aécio perdeu as eleições. Sei que a ressaca eleitoral dói na cabeça dos tucanos e eles começam a ofender, destilar o ódio. Ressaca eleitoral passa, gente. Tenham calma. O meu medo é que isso está indo para o golpismo. Alguns grupos já estão indo para as ruas pedir *impeachment*, volta à ditadura militar. Os tucanos já estão passando de ressaca eleitoral para golpismo. Agora mesmo vimos o deputado João Leite querer tirar o Pimentel no golpe. “Tem que olhar as contas do TRE, vamos tirar o Pimentel, onde está o dinheiro, tira o Pimentel.” Pelo amor de Deus, vamos assumir que perdeu as eleições. Perdeu porque era um governo que precisava perder as eleições em Minas. O povo já não aguentava mais. As professoras já não aguentam mais ver os tucanos pela frente depois de tudo que fizeram. Está na hora de reciclar Minas. Ninguém aguenta mais os tucanos.

E agora, no final do processo, em vez de entregar o governo que democraticamente o povo definiu que será governado pelo Fernando Pimentel, pelo PT, PMDB, PRB, Pros, PCdoB e outros aliados, porque é um governo de aliança, os tucanos querem apagar as digitais de coisas erradas, esconder outras questões e saquear o recurso público. Querem deixar o orçamento público e o dinheiro em Minas Gerais completamente saqueado. Essa é a denúncia que estou fazendo hoje e que nenhum jornal da imprensa quer fazer. Impressionante. Por que não querem? Quando ligamos a televisão está passando um monte de propaganda do governo. Estão enchendo os mineiros de propaganda e eles já não estão aguentando mais isso, por isso derrotaram os tucanos.

Então, a partir dessa derrota, eu peço ao governo, ao Alberto Pinto Coelho que a enxergue com altivez democrática. Numa eleição a gente ganha ou perde. Eu, por exemplo, já disputei 11 eleições. Já perdi cinco e ganhei seis. Quando perde, a pessoa deve ir fazer outra coisa, cuidar da vida com outros afazeres políticos em outras esferas. É assim que funciona. Quando ganha, vai governar ou vai legislar. A democracia é feita de vitórias e derrotas. O Lula perdeu várias eleições, mas continuou no campo da oposição até virar governo. Agora é a vez da Dilma. É assim que o sistema democrático funciona. As coisas não podem ser feitas como o Carlos Lacerda e os tucanos desejam fazer. O lema deles é não disputar, e, se disputar, não pode ganhar, se ganhar, não pode tomar posse, e, se tomar posse, não pode governar. Não é mesmo, deputado Carlos Henrique? Isso não pode acontecer. Devemos respeitar o processo democrático.

Agora, na comissão de transição, estamos assistindo a algo terrível, que é exatamente o que estamos denunciando. Na verdade, essa é uma transição de faz de conta. Até hoje, o quadro financeiro não foi passado, e isso só será feito agora no final. Portanto, o governo está escondendo os dados. É uma transição de faz de conta, e o Pimentel já reclamou disso.

Aeroportos são escondidos, como o do tio Pedro, que agora passou para gestão da prefeitura para que o tio Pedro continue com a chave e para que um escândalo eleitoral não seja instalado. Não vou falar de outros escândalos porque acho que o deputado João Leite está com revanchismo e ódio no coração, mas quero discutir o que precisa ser discutido na transição. Poderia falar de Furnas e do mensalão do Azeredo. Existe muita corrupção escondida debaixo do tapete dos tucanos, como é o caso da Cemig, da Codemig e da

Cidade Administrativa. Tudo isso será fruto de CPI. Aliás, Aécio Neves recebeu recursos das empreiteiras da Operação Lava Jato, mas este não é o tema de hoje.

Só gostaria de lembrar essas coisas ao deputado João Leite, que fica se fazendo de santo e achando que tucano faz campanha vendendo tucaninho. Eles não recebem dinheiro de empreiteira, nem nada. Eles são puros. Fazem campanha com a pureza da alma e do argumento. Não é bem assim não, tucanos. Vocês não fazem campanha vendendo tucaninhos, não. Essa campanha cara que o Aécio Neves fez foi fruto do dinheiro de mineradoras e empreiteiras. Não me venha com essa conversa fiada de achar que são santos porque o povo não é bobo, não. É por isso que o Aécio perdeu a eleição em Minas Gerais. O povo não é bobo. Isso aqui não é curral do senador Aécio Neves, apesar de ele achar que sim. Aliás, o Aécio é mentiroso. Ele disse que ia ganhar a eleição em Minas. Vocês se lembram disso? Ele disse: “Não me deixem passar por mentiroso”, mas passou, sim, por mentiroso. Perdeu a eleição.

Além de esconder aeroporto, agora estão utilizando dinheiro do fundo do Ipsemg, e não ouvi nenhuma resposta sobre isso. Com o novo decreto do governador Alberto Pinto Coelho, R\$200.000.000,00 estão sendo realocados para o caixa único. Esses R\$200.000.000,00 é dinheiro do servidor público, do servidor do Ipsemg que está doente e que precisa ir ao médico. Esse dinheiro está saindo do Ipsemg para pagar outras coisas em fim de governo. Por que o governo está fazendo isso? É porque ele quebrou, faliu Minas. Os tucanos e o Aécio quebraram Minas.

Os dados do Tribunal de Contas informam que R\$61.970.000.000,00 é o valor efetivo que foi acumulado, ou seja, arrecadado. Vamos arredondar para R\$62.000.000.000,00. Esse foi o valor efetivado e acumulado. Já o valor de despesa acumulada foi de R\$64.000.000.000,00, e o déficit deste ano é de R\$4.000.000.000,00. O governo está pegando dinheiro emprestado para tentar cobrir esse déficit, mas, no ano passado, nem isso ele conseguiu, e Minas Gerais terminou o ano com um crédito a menos, um orçamento a menos, de quase R\$1.000.000.000,00, e, este ano, esse valor subiu para R\$4.000.000.000,00.

Deputado João Leite, o que a Dilma está fazendo em Brasília é diminuir o superávit primário, ao pedir que o Congresso Nacional vote às claras. Mas aqui, não. Aqui, está-se assaltando o erário público, deixando-o sem dinheiro no caixa e com déficit orçamentário. Existe uma diferença enorme entre diminuir superávit para não gerar desemprego, miséria, e garantir o funcionamento do País às claras, e fazer Termo de Ajustamento de Gestão com o Ministério Público para tirar R\$8.000.000.000,00 da saúde e R\$8.000.000.000,00 da educação. Isso, sim, foi feito de forma indevida e ilegal. O TAC será considerado ilegal porque é contra a Constituição do Estado. Fizeram isso e vêm agora aqui dar de santo. Por isso Aécio perdeu em Minas, deputados, deputadas e povo mineiro. Parabéns, povo mineiro. Derrotou Aécio em Minas, e os tucanos não gostam de ouvir isso, mas essa é a pura verdade. Aécio perdeu em Minas, ele que teria 4 milhões de votos a mais, ele que disse que não deixassem chamá-lo de mentiroso. Aécio mentiroso perdeu em Minas. Aceitem a derrota. Alberto Pinto Coelho respeite o resultado das urnas, não tire todo o dinheiro do caixa do Estado, não esconda nem apague o que foi feito errado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o deputado Lafayette de Andrada.

O deputado Lafayette de Andrada* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso fazer algumas reflexões principalmente sobre esse blá-blá-blá e essa charanga que o deputado Rogério Correia trouxe ao Plenário. Como profeta do óbvio, ele nos contou e informou que Aécio perdeu em Minas. Ele e o Rubinho Barrichello estão um pouco atrasados, porque essa é uma notícia já divulgada pelas principais redes de comunicação do País. Quero falar sobre o grande estelionato eleitoral que aconteceu e por que Aécio perdeu em Minas e em todo o Brasil. Se houvesse um Procon das eleições, a presidente Dilma estaria nos seus bancos por causa de falsidade e propaganda enganosa. Ela dizia que de forma nenhuma poderiam aumentar os juros. Nem esquentou a cadeira, dois dias depois, ela aumentou os juros. Ela dizia que estava tudo muito bem com referência ao meio ambiente e que o desmatamento da Amazônia estava diminuindo, mas este ano ficamos sabendo que houve o maior desmatamento dos últimos 10 anos. Ou seja, aconteceu na verdade um grande estelionato eleitoral. Na matéria de hoje, a *Folha de S.Paulo* diz que a presidente Dilma está reunindo seu ministério para voltar a cobrança da Cide, o imposto que pagamos quando compramos combustíveis. Ou seja, é esse o grande estelionato. Enganaram a população para conseguir de maneira desonesta vencer as eleições.

Vou trazer ainda mais uma notícia que deixará V. Exa., deputado Rogério Correia, estarecido. O candidato Aécio criticava o excesso de ministérios que existe hoje, o que servia para dar emprego à companheirada do PT. Era uma porção de ministérios que não tinha nenhuma função. A *Folha de S.Paulo* pegou a agenda da presidente Dilma de um ano para cá e verificou que vários ministros, há mais de um ano, deputado João Leite, não despacham com a presidente. É um ministério que não existe. Ela cita quais são eles, e algumas funções são até importantes. O ministro Garibaldi Alves, da Previdência, há mais de um ano não teve o prazer de despachar com a presidente. O ministro Maurício Dias também lamentavelmente há mais de um ano não se reuniu com a presidente. O ministro Jorge Hage, da Controladoria, é ao contrário: a Dilma foge dele, porque todo o petrolão e tudo que há de errado está lá. Esse há mais de um ano também não é recebido pela presidente Dilma. Alguns ministros que foram nomeados no início deste ano também – coitados – entraram e cumprimentaram a presidente naturalmente no dia da posse naquela solenidade bonita no Palácio do Planalto. O ministro Mauro Borges, do Desenvolvimento, não teve o prazer de despachar com a presidente desde que foi nomeado. O ministro Clelio Campolina, da Ciência e Tecnologia, cumprimentou, recentemente saiu do ministério e não teve a honra nem o privilégio de despachar com a presidente. O ministro Vinicius Nobre, do Turismo, também lamentavelmente viaja muito, não teve tempo, e até hoje a presidente Dilma não lhe deu o prazer de se encontrar com ele. O ministro Laudemir André, do Desenvolvimento Agrário, nada. O ministro Eduardo Benedito Lopes, da Pesca, também não teve ainda o prazer de se encontrar com a presidente no gabinete presidencial.

Sr. Presidente, esse é o desgoverno do PT. O desespero do deputado Rogério Correia é porque ele sabe perfeitamente da desorganização que o PT aprontou neste país. O País está se desmanchando, essa é a grande verdade. Todos os indicadores econômicos mostram o desgoverno, a situação caótica que nunca existiu antes na história deste país, que vamos adentrar um próximo ano terrível, e eles não sabem o que fazer. Essa é a grande realidade. E, então, eles ficam criticando porque aqui mudou a rubrica do que era do Ipsemg e foi para o caixa único. Foi para o caixa único, mas carimbado; a rubrica é a mesma; o recurso é o mesmo; não se alterou nada. Ele disse: R\$200.000.000,00. Ora, R\$200.000.000,00 foi o que um dos assessores da Petrobras, no caso do petrolão,



aceitou devolver. Como disse o deputado João Leite, o sub do sub do sub topou devolver R\$200.000.000,00. São cento e poucos milhões de dólares que dão mais de R\$200.000.000,00. Esse é um envolvido no petróleo, há outros mais.

O noticiário desta manhã disse que o Banco do Brasil já bloqueou mais de R\$90.000.000,00 nas contas bancárias de diretores médios e pequenos, da Petrobras. E esses recursos estão lá. O Sr. Youssef falou claramente que eram recursos devolvidos ao PT para fazer sua campanha. E aí há a indagação do deputado João Leite. O Pimentel disse que iria gastar R\$40.000.000,00, mas gastou R\$51.000.000,00. De onde veio esse dinheiro? A gente não sabe. Ele está tentando explicar as contas. Parece que a assessoria técnica do Tribunal Eleitoral ainda não conseguiu fechar bem as contas do candidato Pimentel. A informação que temos é que a assessoria técnica responsável deu parecer pela rejeição das contas do governador Pimentel. Vamos ver o que acontecerá. Pode ser que haja alguma explicação que não sabemos ainda, não é, deputado João Leite? Ele disse que iria gastar R\$40.000.000,00, mas gastou R\$51.000.000,00, R\$11.000.000,00 a mais na campanha eleitoral. Provavelmente haverá alguma explicação.

Deputado João Leite, para encerrar a minha fala, com muita tranquilidade, quero destacar que, ao longo destes últimos 12 anos em que o PSDB governou Minas Gerais, o Estado, em todos os setores, foi exemplo de gestão. Agora vêm dizer que o Estado está quebrado. Está, como todos os outros estados do Brasil. E começa assim: só este mês o governo federal deixou de repassar R\$300.000.000,00 ao governo de Minas, recursos do Fundeb e do SUS, verbas que pertencem a Minas Gerais, mas a desorganização do governo federal é tão grande que esmaga os estados. Todos os estados estão em posição falimentar pelo desgoverno e pela falta de competência do governo federal, que não transfere recursos que pertencem aos estados. A União é muito inteligente: a tributação e os impostos, mesmo aqueles que pertencem aos municípios e aos estados, ela recolhe para si e depois os redistribui a quem é de direito, ao verdadeiro dono do dinheiro. O que a União, o governo Dilma, do PT, está fazendo? Recolhe os recursos, e não os repassa. Estão todos os municípios quebrados. Ontem recebi mais de cinco prefeitos com pires na mão porque os recursos não vêm. Agora, estão fazendo a mesma coisa com os Estados, principalmente com Minas Gerais, perseguindo o nosso Estado. São recursos nossos, do povo mineiro que estão retidos em Brasília, causando dificuldades para a nossa população.

É contra isso que temos de vociferar. É essa a denúncia que o deputado Rogério Correia tem de fazer, que o dinheiro do povo de Minas está retido em Brasília e não vem para cá. É dinheiro do Fundeb, deputado Rogério Correia, que defende tanto a educação; é dinheiro do Sus, deputado Rogério Correia, que não vem para cá, está retido lá. É essa a situação por que está passando o Estado de Minas e todos os outros estados. O governo federal, pela sua falta de competência e de gestão, não está dando conta de resolver os problemas e está agarrando para si dinheiro que não lhe pertence, dinheiro que pertence aos estados e municípios, deixando todos nós, enfim, toda a população brasileira, e, no nosso caso, a população mineira a ver navios, em extrema dificuldade. Isso ocorre não por conta do governo de Minas, mas por conta da falta de gestão, da incompetência e – por que não dizer? – da desonestidade do governo federal. Eram essas as minhas palavras, presidente. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. presidente, Sras. deputadas e Srs. Deputados, disponho de 10 minutos para discorrer sobre diversos assuntos importantes, que já foram trazidos a este Plenário na manhã de hoje. Como líder da maioria e representante desse governo que permanece até 31 de dezembro deste ano e que transformou Minas Gerais ao longo dos últimos 12 anos, iniciarei as minhas palavras justificando. Por um lado, acalmarei os servidores do Estado, mas, por outro, os deixarei preocupados.

O deputado Rogério Correia trouxe à tona a questão da transferência, se não me engano, de R\$200.000.000,00 do fundo do Ipsemg ao caixa único do Estado. Essa manobra, ou ato, em absolutamente nada modifica a realidade dos servidores do Ipsemg e daqueles que dependem desse instituto para receber a sua aposentadoria. O Estado, que até hoje cumpriu todas as suas obrigações para com os seus servidores, continuará fazendo isso. Houve uma transferência para o caixa único, pois assim o fez o governador através de decreto, mas sem que houvesse absolutamente nenhum prejuízo aos servidores do Estado.

É bom alertar todos os servidores do Estado e também os brasileiros que estamos sendo roubados. A nossa Petrobras está praticamente falida em razão da corrupção que lá se instalou com o governo do PT, liderada pela ex-presidente do conselho de administração dessa empresa, que é hoje a presidente da República.

Faço esse alerta e digo aos servidores do Ipsemg que não se preocupem com a situação do governo do Estado e com as suas obrigações, pois elas continuarão a ser cumpridas, assim como o foram religiosamente ao longo dos últimos 12 anos. Preocupem-se com o futuro da nossa principal empresa, que é uma das maiores do mundo, que já teve as suas ações batendo na casa dos R\$50,00, as quais hoje quase não valem R\$12,00. É com isso que os servidores do Ipsemg, os mineiros e todos os brasileiros têm de se preocupar.

Agora faço um outro alerta à população mineira em especial. Nós, democratas como somos, reconhecemos a vitória do PT nessa eleição recente para o governo do Estado, mas a população mineira sabe que o futuro governador Pimentel, do PT, só assumirá em 1º de janeiro. Equipe de transição não é equipe de governo. Não cabe à equipe de transição, nem ao vice-governador eleito, que por esta Casa passou, ficar pautando a Assembleia Legislativa e o governo estadual. Façam isso a partir de 1º de janeiro, se souberem, pois duvido que saberão trabalhar com competência. Se souberem fazer, que o façam a partir de 1º de janeiro, quando será iniciado o mandato de cada um dos senhores. Até 31 de dezembro não há equipe de transição que mande em Minas Gerais. Até essa data temos um governo eleito há quatro anos para governar este Estado.

Faço uma sugestão ao deputado Rogério Correia: proponha a seus colegas deputados do PT que apresentem uma emenda à Constituição Federal e às constituições dos estados, para que, a partir do próximo mandato, encerrada a eleição em outubro, o novo governo assuma no dia seguinte. Duvido que isso ocorrerá, pois, o governo do PT, por onde passa, passa somente uma vez, e não volta. Vamos propor isso, deputado Wander Borges. No dia seguinte, destitui-se o governo que estava e entra o governo eleito. Faremos assim. Como disse o ex-senador Mão Santa, nascer, morrer e votar no PT é uma vez só.

Quero dizer que a equipe de transição não manda aqui. É interessante que a população mineira veja a incoerência do PT. O que me surpreende, deputado João Leite, é que ela começou a aparecer antes mesmo da posse do governo deles, 1º de janeiro. Ao longo dos últimos anos, defenderam de maneira radical a valorização dos servidores estaduais e estão aqui obstruindo os trabalhos da Assembleia para não darem o aumento de 4,6% a todos os servidores estaduais, retroativo ao mês de outubro. Diziam-se os mais



preocupados em resolver o problema dos servidores da Lei nº 100, mas estão aqui obstruindo os trabalhos da Assembleia Legislativa para que não votemos a PEC nº 69, que veio para regularizar e resolver a aflição de mais de 90 mil servidores do Estado. Essa incoerência ficará ainda mais clara a partir de 1º de janeiro.

Deputado João Leite, dei um prazo ao futuro governador. Daremos-lhe esse prazo. Peço esse voto de confiança a V. Exa., ao deputado Duarte Bechir, ao deputado Wander Borges, porque, a partir do próximo ano, estaremos na mesma trincheira. Deputado João Leite, daremos a ele o prazo de 100 dias para que encaminhe apenas duas propostas iniciais a esta Casa: a primeira para resolver e melhorar, de forma substancial, o piso dos servidores da educação, dos professores do Estado. Tenho a certeza de que o governador Pimentel assim o fará. Foi o que ele fez ao longo dos últimos 12 anos nos quatro cantos do Estado, porque era um absurdo o que o nosso governo fazia com os servidores da educação. Ele sabia da realidade das contas. Não é um homem preparado, bom de serviço, estudioso? Então, sabia das dificuldades que tínhamos e as que irá enfrentar a partir de 1º de janeiro. Não admitiremos que passe dos 100 dias o encaminhamento para cá desse projeto dos servidores. Não há desculpa.

E a segunda proposta, deputado Carlos Pimenta, é a queda do ICMS da energia elétrica no Estado de Minas Gerais. Como deputado vigilante e de longos anos na Assembleia Legislativa, V. Exa. também saberá cobrar. Alguns deputados do PT – não vou citar nomes e não foram poucos, deputado Lafayette de Andrada - diziam e dizem que o ICMS da energia elétrica cobrado no Estado de Minas Gerais é dos maiores do País. Que não se apresse, deputado Rogério Correia, daremos 100 dias. Cem dias é muito tempo para que aprendam a redigir um projetinho de lei reduzindo o ICMS que incide sobre a energia elétrica no Estado de Minas Gerais e o encaminhem à Assembleia. Deputado Inácio Franco, como grande defensor de Pará de Minas e da região do Centro-Oeste, V. Exa. ficará atento. Receba hoje, já, a reivindicação da população daquela região pela redução do ICMS dirigida ao futuro governador, aquele dito “bom de serviço”. Não aceitaremos a desculpa de que o Estado se encontra em uma situação complicada, de dificuldade econômica e financeira. V. Exa., como ministro do Desenvolvimento, pouco fez ou nada fez para Minas, provavelmente porque achava que Minas não precisava de V. Exa nem do governo federal. Cem dias, futuro governador, 100 dias. Estarei aqui na trincheira da oposição, pronto para cobrar todas as propostas do futuro governo, para que os próximos quatro anos não sejam o retrato de um estelionato eleitoral praticado pelo PT. Muito obrigado, presidente.

O presidente (deputado Gustavo Corrêa) – Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Estamos debatendo esse projeto de lei. Tenho acompanhado as discussões, que, na verdade, nos mostram o desespero daqueles que não reconhecem nem aceitam a derrota. Não aceitam, sobretudo, o processo democrático. É interessante, porque alguns assuntos reafirmam muito o que dissemos em questionamentos e debates ao longo deste mandato.

O deputado Gustavo Valadares disse que vai cobrar e espera que o futuro governador Pimentel pague o piso dos professores. Deputado Rogério Correia, cai por terra toda a história de que o atual governo pagava o piso. Se o deputado está dizendo que o Pimentel terá de pagar o piso, realmente o atual governo nunca pagou nem paga o piso nacional salarial. Sempre dissemos isso aqui, os professores sempre cobraram do governo. De alguma forma, a base do governo, como fez durante todo o mandato, quis enganar a população de Minas com números confusos, querendo dizer que pagavam o piso nacional salarial, que nunca foi pago. Agora, estamos vendo o deputado afirmar isso, porque, se ele disse que o Pimentel terá de pagar o piso, tem algo errado. Poderia dizer que o Fernando Pimentel terá de continuar a pagar o piso para os professores. Continuar pagando o quê? Aquilo que não se paga?

A minha expectativa é ouvir da atual base do governo um pouco mais de coerência em suas avaliações. Ouvi questionamentos sobre o repasse de verbas do governo federal. De fato, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a queda de repasses federais chegou a R\$1.700.000.000,00 para Minas Gerais. Isso, em hipótese alguma, reflete o impacto da situação em que se encontram as contas do Estado de Minas Gerais. O déficit nominal de Minas é de R\$8.500.000.000,00. As contas de 2014 pioraram se comparadas às de 2013. O déficit da previdência estadual aumentou, a arrecadação caiu e o limite para a tomada de empréstimo está menor, conforme dados divulgados pelo Tribunal de Contas da União. Essa é a situação de Minas, deputado Rogério Correia. Vou registrar novamente: o déficit da previdência estadual aumentou, a arrecadação caiu, o limite para a tomada de empréstimos está menor, conforme dados divulgados pelo Tribunal de Contas da União. Essa é a situação de Minas: diminuiu a arrecadação, aumentou o déficit e, conseqüentemente, o seu poder de endividamento diminuiu ainda mais. Até porque o endividamento de Minas chegou ao limite, não dá mais. Esta é a situação que vamos encarar no próximo governo: um estado totalmente endividado.

A atual base do governo está querendo confundir números e questionar o governo. E ainda tiveram coragem de dizer que o PT é uma vez só. O povo brasileiro elegeu os presidentes Lula e Dilma e, conseqüentemente, o PT pela quarta vez. No processo democrático, o PT é o partido que mais tempo governou o País. É absurdo da nossa parte ter de ouvir, lamentavelmente, esse nível de discurso que se faz aqui. Questionam as contas do governo federal, mas endividaram Minas Gerais. Cobrar, apontar o dedo no nariz, apontar o dedo na cara, dizendo que não sabemos gerir o País? Pegamos o País quebrado, endividado. Olhem a situação dele, a geração de emprego, a renda do trabalhador, a vida das pessoas. A vida do povo melhorou. Por isso o povo brasileiro, ao longo dos últimos 12 anos - agora vamos para 16 anos -, confirmou nas urnas o desejo de continuar essas transformações. Por causa da quantidade de mentiras ditas em Minas Gerais, o Aécio perdeu. Por causa da quantidade de mentiras pregadas ao longo dos anos, estamos governando o País há 16 anos.

E, mesmo depois de derrotas e derrotas, continuam a subir na tribuna e a contar mentiras; continuam a apontar o dedo na cara, enchendo o peito e dizendo que são exemplo de gestão, com um déficit nominal de quase R\$9.000.000.000,00. Isso é exemplo de gestão? Se o governo federal fizer o repasse, eles diminuem o déficit em R\$1.500.000.000,00. O déficit é quase R\$9.000.000.000,00. Estamos falando de conta matemática. O déficit em Minas Gerais seria em torno de R\$6.000.000.000,00, o que não mudaria a cara da gestão ineficiente, mentirosa do governo tucano, ao longo de 12 anos em Minas Gerais. O governo sucateou a saúde do Estado.

Podemos citar qualquer exemplo para os cidadãos que estão nos ouvindo. Os hospitais estão sem dinheiro, bem como as fundações. A segunda maior fundação do Estado está em Pouso Alegre, no Sul de Minas. De acordo com o atual sistema, é nomeada uma lista tripla para indicação da direção da fundação pelo governador. Deputado Rogério Correia, sabem o que estão fazendo? Por meio de

um projeto de lei que trata da educação, estão apresentando uma emenda frankenstein, querendo fazer o quê? Perpetuem-se no poder das fundações, tirando da decisão do governador a indicação da lista triplíce. Na opinião deles, depois de terem governado todo esse tempo, a direção das fundações deve ser eleita pelo conselho administrativo. Estão querendo fazer um esquema nas fundações e nas autarquias do Estado para se perpetuarem no poder, pois não estão aceitando a derrota.

É esse o exemplo de gestão? É uma gestão de total controle da mídia, que não conta o que ocorre em Minas Gerais, que não fala do endividamento, que está fechando contratos, acabando com obras de manutenção. É essa a situação? A situação em que eles estão é a seguinte: não há dinheiro para a saúde, para a educação, para as obras, para a segurança pública, como vimos com as galerias lotadas aqui, mas há dinheiro para continuar todo esse plano de mídia, de maquiar toda a situação de Minas em todas as mídias. Ao assistir o *Jornal Nacional*, o *Fantástico*, no meio das propagandas, está a do governo de Minas, como se tudo estivesse uma maravilha. Infelizmente continuamos com essa história de Minas midiática contra a Minas real. A Minas real é a Minas que derrotou o Aécio, a Minas que reconhece no dia a dia as deficiências do Estado, a distância do Estado na vida das pessoas, como disse, na saúde, na educação. Visitem uma escola pública em uma cidade pequenininha, como o Município de Estiva, e vejam a situação em que se encontra. Quero ver se alguém tem coragem de ir ao banheiro que as crianças usam. Visitem uma outra cidade pequena no Sudoeste e conheçam a sua realidade. Visitem uma cidade grande, como Pouso Alegre, no Sul de Minas, e conheçam a Escola Vinícius Meyer. Quem tem coragem de estudar naquela escola, sem janelas, com a fiação caindo na cabeça dos alunos, chovendo dentro da sala de aula? Essa é a situação das escolas em Minas Gerais. Pegam uma e outra escola que estão estruturadas, o governo do Estado fotografa, filma e apresenta na mídia.

Essa é a realidade que vamos encarar no próximo governo, com os desafios que se apresentam mas, sobretudo, com o compromisso de melhorar a vida do povo mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Questão de Ordem

O deputado Ulysses Gomes – Solicito, pela ordem, o encerramento de plano desta reunião, devido à falta de deputados no Plenário.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos, declara prejudicado o requerimento do deputado Sávio Souza Cruz e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE LISTER CÉSAR NASCIMENTO PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DO DETEL, EM 13/5/2014

Às 15h18min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Inácio Franco e Gustavo Valadares (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A seguir, a presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registram-se as candidaturas dos deputados Inácio Franco para presidente e Vanderlei Miranda para vice-presidente que, submetidas a votação, são aprovadas por unanimidade. O presidente *ad hoc* empossa o presidente eleito que, em seguida, empossa o vice-presidente. O presidente, deputado Inácio Franco, designa o deputado Vanderlei Miranda como relator da matéria e, cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Inácio Franco, presidente – Vanderlei Miranda – Rômulo Viegas.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE JOSÉ DONALDO BITTENCOURT JÚNIOR PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA JUCEMG, EM 14/5/2014

Às 14h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião desta comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registram-se as candidaturas dos deputados Bosco para presidente e Dalmo Ribeiro Silva para vice-presidente que, submetidas a votação nominal, são aprovadas por unanimidade. O presidente *ad hoc* empossa o presidente eleito que, em seguida, empossa o vice-presidente. O presidente, deputado Bosco, designa o deputado Dalmo Ribeiro Silva relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

Bosco, presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Agostinho Patrus Filho.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/5/2014

Às 9 horas, comparece no Mercado Velho no Município de Diamantina o deputado Durval Ângelo, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Luiz Henrique. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater as denúncias de violação de direitos humanos das comunidades situadas no entorno e dentro da área do Parque Nacional das Sempre-Vivas, no Município de Diamantina. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para



ouvir as Sras. Maria de Fátima Alves, coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas - Diamantina; Elisângela Ribeiro de Aquino, diretora, representando o Sr. Brulino Caetano dos Santos, coordenador-geral do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - Montes Claros, e membro da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais; e os Srs. Paulo Célio de Almeida Hugo, prefeito municipal de Diamantina; Ricardo Afonso Veloso, prefeito municipal de Bocaiuva; José Alves, prefeito municipal de Buenópolis; Vili Pinheiro Tomich, analista ambiental, representando Roberto Ricardo Vizontin, presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Brasília; Aderval Costa Filho, professor da UFMG e coordenador do Programa de Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais; Claudenir Fávero, coordenador do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Diamantina; Mário Gomes Ferreira, diretor da Universidade do Estado de Minas Gerais - Diamantina; Dijalma da Conceição Ferreira Coelho, vereador em Diamantina; Rodrigo Luiz de Canuto, secretário municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Diamantina; Estêvão Ferreira Couto, defensor público federal, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2014.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2014

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 1.353/2011, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência aos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Subtenente Luiz Gonzaga Ribeiro, deputado federal; Heder Martins de Oliveira, chefe de gabinete do Subtenente Luiz Gonzaga Ribeiro; o Cel. Adeli Silvío Luiz, subchefe do Estado-Maior, representando o Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; os Srs. Wellington Kallil de Campos Alves, diretor de Assuntos dos Escrivães do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil - Sindpol -, representando Denilson Aparecido Martins, presidente desse sindicato; Adeilton de Souza Rocha, presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais - Sindasp-MG; 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra PM/BM; Sarg. Cláudio Cassimiro Dias, do Movimento RET da Aspra PM/BM; Cb. Daniel Silva Pereira, da Aspra PM/BM; Sd Berlinque Antônio Monteiro Cantelmo, diretor jurídico da Aspra PM/BM, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2014.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/8/2014

Às 14h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rogério Correia e Sebastião Costa, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Sargento Rodrigues e Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.562/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para obter, em audiência pública, esclarecimentos sobre denúncia de exigência e recebimento de vantagens pecuniárias ilegais, por parte do coordenador técnico das categorias de base do Clube Atlético Mineiro, a atletas.

nº 10.563/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, no município de Aimorés, o sistema prisional e o método de Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, nesse município.

nº 10.564/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para que seja ampliado o número de servidores da Vara de Execução Penal da Comarca de Alfenas.

nº 10.565/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público e à Corregedoria do Sistema Prisional pedido de providências, acompanhado do relato do Sr. Warley Costa Henriques, constante nas notas taquigráficas da 29ª Reunião Extraordinária desta comissão, para que seja reaberta investigação de denúncia de suposta irregularidade em visita à Penitenciária Drumond, no Município de Ribeirão das Neves.

nº 10.567/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público e à Corregedoria do Sistema Prisional pedido de cópia dos vídeos sobre denúncia de irregularidades nas visitas à Penitenciária Drumond, no Município de Ribeirão



das Neves, acompanhado das notas taquigráficas da 29ª Reunião Extraordinária desta comissão, em que consta o relato do Sr. Warley Costa Henriques.

nº 10.568/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil e ao delegado regional de Polícia Civil de Ipatinga pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 30ª Reunião Extraordinária desta comissão, para abertura de inquérito com vistas a apurar responsabilidades da empresa Empreendimentos Novo Reno Ltda., em relação ao loteamento dos Bairros Novo Reno e Lagoa da Mata, no Município de Coronel Fabriciano, e requer seja ouvida a Associação de Moradores de Novo Reno.

nº 10.570/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao promotor de justiça Aníbal Tamaoki, da Comarca de Coronel Fabriciano, pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 30ª Reunião Extraordinária desta comissão, para regularizar os lotes dos moradores dos Bairros Novo Reno e Lagoa da Mata, nesse município, e requer que a Promotoria de Justiça realize reunião com representantes da empresa Empreendimentos Novo Reno Ltda., da Associação de Moradores Novo Reno e da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano.

nº 10.572/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à prefeita municipal de Coronel Fabriciano pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 30ª Reunião Extraordinária desta comissão, para regularizar os lotes dos moradores dos Bairros Novo Reno e Lagoa da Mata, em conjunto com a empresa Empreendimentos Novo Reno Ltda., no referido município.

nº 10.573/2014, do deputado Durval Ângelo e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, para que sejam apuradas as atividades poluidoras por empresas sediadas no distrito industrial de Limoeiro, no Município de Timóteo.

nº 10.574/2014, do deputado Durval Ângelo e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Timóteo pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão e de fotografias que demonstram os efeitos danosos decorrentes da poluição do ar produzido por empresas do distrito industrial desse município, para que sejam apurados eventuais crimes ambientais no local.

nº 10.575/2014, do deputado Durval Ângelo e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado à Delegacia de Polícia de Meio Ambiente de Belo Horizonte pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, para que seja aberto inquérito policial com vistas à apuração de crimes ambientais que vêm ocorrendo no distrito industrial de Timóteo e que foram objeto de denúncias apresentadas nessa reunião.

nº 10.576/2014, do deputado Durval Ângelo e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado à Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, para apurar as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores das empresas localizadas no distrito industrial de Limoeiro, no Município de Timóteo, em especial Açovale, Ambientall, Edgepav, Nusi, Oli Tech, Solvi e Vamtec.

nº 10.577/2014, do deputado Durval Ângelo e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado ao Conselho Municipal de Meio Ambiente de Timóteo pedido de informações, na forma de relatório, sobre todas as licenças ambientais concedidas a empresas sediadas no Setor 7 desse município.

nº 10.578/2014, do deputado Durval Ângelo e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado à Superintendência Regional de Meio Ambiente pedido de informações, na forma de relatório, sobre todas as licenças ambientais concedidas a empresas sediadas no Setor 7 do Município de Timóteo.

nº 10.579/2014, do deputado Durval Ângelo e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado à Fundação Estadual de Meio Ambiente pedido de informações, na forma de relatório, sobre todas as licenças ambientais concedidas a empresas sediadas no Setor 7 do Município de Timóteo.

nº 10.580/2014, do deputado Durval Ângelo e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado ao Conselho Municipal de Meio Ambiente de Timóteo, à Superintendência Regional de Meio Ambiente e à Fundação Estadual de Meio Ambiente pedido de providências para apurar as denúncias de crimes ambientais que vêm ocorrendo em Timóteo e que têm sido imputados aos representantes legais de empresas sediadas no Setor 7 desse município.

nº 10.581/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhados ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, à Fundação Estadual do Meio Ambiente e à Promotoria de Justiça da Comarca de Timóteo laudo de avaliação e pedido de providências para investigação da fonte que vem causando poluição do ar do distrito industrial de Timóteo com emissões que contém cloro, causando prejuízos à saúde e ao patrimônio das pessoas físicas e jurídicas do local.

nº 10.582/2014, do deputado Durval Ângelo e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 31ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada no dia 12/8/2014, em Coronel Fabriciano, para instalar, em caráter de urgência, a Delegacia Regional de Polícia Civil nesse município.

nº 10.583/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado aos promotores de justiça da Comarca de Coronel Fabriciano e à Corregedoria de Polícia Militar pedido de providências para apurarem as denúncias de violência policial sofrida por Ana Clara de Souza, no dia 3/8/2014, no Bairro Manoel Maia, em Coronel Fabriciano.

nº 10.584/2014, do deputado Durval Ângelo e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 31ª Reunião Extraordinária desta comissão, para aumentar o contingente de policiais militares e o envio de viaturas de polícia e equipamentos de segurança no Município de Coronel Fabriciano.

nº 10.585/2014, do deputado Durval Ângelo e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado aos promotores de justiça da Comarca de Coronel Fabriciano pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 31ª



Reunião Extraordinária desta comissão, para submeter à apreciação do Poder Judiciário o caso penal de morte de Frederico Alan de Souza Paiva, com celeridade e presteza.

nº 10.586/2014, do deputado Durval Ângelo e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhada manifestação de aplauso ao Sr. , juiz de direito, pela corajosa decisão liminar para cancelar o despejo das famílias das ocupações no terreno da Granja Werneck na ação cautelar ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais que alega que a desocupação forçada sem a prévia destinação dos alunos matriculados nas escolas da região para outras escolas próximas do novo endereço fere o direito constitucional à educação.

nº 10.587/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à presidência do Tribunal de Justiça do Estado pedido de providências, acompanhado dos documentos entregues pela Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Ministério Público de Minas Gerais e das notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária desta comissão, para garantir o direito à moradia das famílias das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, localizadas no terreno da Granja Werneck, entre os Municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia, e requer sejam reabertas as negociações com os moradores dessas ocupações, a fim de evitar uma tragédia maior com uma possível desocupação forçada.

nº 10.588/2014, do deputado Durval Ângelo e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para a liberação do Salão Nobre desse órgão para a realização do velório das pessoas que por ventura vierem a óbito quando da desocupação pela PMMG por ordem judicial das ocupações da Granja Werneck.

nº 10.589/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Presidência da República pedido de providências, acompanhado dos documentos entregues pela Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Ministério Público de Minas Gerais e das notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária desta comissão, para garantir o direito à moradia das famílias das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, localizadas no terreno da Granja Werneck, entre os Municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia.

nº 10.590/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado aos prefeitos dos Municípios de Belo Horizonte e de Santa Luzia pedido de providências, acompanhado dos documentos entregues pela Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Ministério Público de Minas Gerais e das notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária desta comissão, para garantir o direito à moradia das famílias das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, localizadas no terreno da Granja Werneck, entre os Municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia, e requer sejam reabertas as negociações com os moradores dessas ocupações, a fim de evitar uma tragédia maior com uma possível desocupação forçada.

nº 10.591/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a coordenação de uma mesa de negociação entre lideranças dos moradores das Ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória e representantes do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Estado, do Governo do Estado, das Prefeituras Municipais de Belo Horizonte e de Santa Luzia e da Superintendência da Caixa Econômica Federal em Minas Gerais, a fim de buscar uma solução pacífica para esse conflito fundiário, garantindo-se os direitos fundamentais, como moradia, educação e saúde.

nº 10.592/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para priorizar a apreciação das ações referentes às Ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança no terreno da Granja Werneck , garantindo-se às pessoas os direitos básicos de saúde, educação e assistência social, além de abastecimento de água e saneamento básico, e para que cessem as intimidações que estão ocorrendo, principalmente por parte da PMMG, que vem fazendo voos rasantes de helicóptero em diversos horários, inclusive à noite.

nº 10.593/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Sr. Jorge Luiz Cândido Caldeira, delegado da 8ª Delegacia de Polícia Civil de Coronel Fabriciano, manifestação de aplauso pela apuração e esclarecimento sobre a morte de Frederico Alan de Souza Paiva, ocorrida nesse município e que culminou com o indiciamento de policial militar pela prática do delito de falsidade ideológica.

nº 10.594/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, supostas perseguições contra agentes da Polícia Federal por participarem de movimentos grevistas da categoria. Requer, ainda, sejam convidados o Ministério da Justiça e Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais, Ministério Público Federal, sindicato da categoria, a Ouvidoria da Polícia Federal e a Defensoria da União.

nº 10.595/2014, do deputado Adelmo Carneiro Leão e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhada manifestação de pesar à família do candidato à presidência da República Eduardo Campos em função do seu falecimento em acidente aéreo ocorrido em 13/8/2014, em Santos, no Estado de São Paulo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das comissões, 19 de agosto de 2014.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/11/2014

Às 15h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do Bloco Transparência e Resultado) e Rogério Correia (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é



subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a deliberar sobre proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício dos Srs. Epaminondas Pires de Miranda, prefeito do Município do Serro, por meio do qual solicita a transferência daquele município, da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte para a Mesorregião Jequitinhonha; e Leandro Guerra, relações institucionais da empresa de telefonia Tim, em resposta ao Requerimento nº 2.760/2014. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parêntesis: das Sras. Elisa Smaneoto, diretora de Gestão Interna do Gabinete Adjunto de Gestão e Atendimento do Gabinete Pessoal da Presidência da República (12/6/2014), Maria Coeli Simões Pires (3), secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (12/7/2014, 28/8/2014 e 24/10/2014), Layla Abdo Souza Ribeiro Pires, relações institucionais da Diretoria de Articulação e Relações Institucionais da empresa de telefonia Vivo (7/8/2014), Marcela Sampaio de Castro, gerente de Tratamento de Solicitações de Consumidores da Anatel (7/8/2014), e dos Srs. Marcelo Magno Ferreira e Silva, promotor de Justiça (22/5/2014), Josué Costa Valadão (4), Secretário Municipal de Governo da Prefeitura de Belo Horizonte (12/6/2014, 26/7/2014 e 8/8/2014), Marcos Antônio Borges (6), executivo de Relações Institucionais da Oi-MG (27/6/2014, 19/7/2014, 7/8/2014, 8/8/2014), Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho, promotor de Justiça, assessor especial do procurador-geral de justiça adjunto jurídico do Estado de Minas Gerais (6/6/2014), Juliano Stanzi, gerente de Controle de Obrigações da Universalização e de Ampliação do Acesso, da Anatel (5/7/2014), Rogério Veiga Aranha, superintendente de Patrimônio da União em Minas Gerais (5/7/2014), Fábio Augusto Andrade, diretor de Relações Institucionais da empresa de telefonia Claro (12/7/2014), Marco Antônio Badaró Bianchini, coronel da Polícia Militar de Minas Gerais (12/7/2014), Raimundo Duarte, diretor de Assuntos Regulatórios da Empresa de Telefonia Claro (26/07/2014), Pedro Gherardi Neto diretor-presidente em exercício da CBTU (26/7/2014), Frank Deschamp Lamas (2), diretor-presidente da Copasa (7/8/2014), Joel Jorge Guedes Paschoalin, presidente do Setra-BH (8/8/2014), e Humberto Oliveira Barbosa, em nome da Usina Hidrelétrica Eliezer Batista (Usina de Aimorés) (14/8/2014). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.411, 8.472, 8.545, 8.546, 8.547, 8.574, 8.575, 8.576, 8.577, 8.583, 8.584, 8.585, 8.586, 8.587, 8.588, 8.589, 8.590, 8.617, 8.753, 8.754, 8.755, 8.756, 8.757, 8.758, 8.759, 8.760, 8.761, 8.762, 8.763, 8.764, 8.766, 8.768, 8.782, 8.783, 8.784, 8.785, 8.786, 8.787, 8.788, 8.789, 8.790, 8.791/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.777/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja encaminhado às unidades das Polícias Civil e Militar no Município de Mato Verde pedido de providências em prol da realização de ações efetivas de combate à violência e ao tráfico de drogas naquele município e, ainda, que todos os chamados da população local e denúncias de crimes sejam atendidos e apurados, buscando-se sempre a proteção das famílias vitimadas;

nº 10.778/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de providências para que no próximo curso de formação de militares, seja priorizada a alocação de servidores no extremo Norte de Minas Gerais, nos Municípios de Janaúba, Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul, Espinosa e outros da região;

nº 10.779/2014, do deputado Almir Paraca, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater, em audiência pública no Distrito de Sagarana, Município de Arinos, a integração dos órgãos e das entidades dos governos federal e estadual nas ações e intervenções pelo desenvolvimento sustentável em curso na Bacia do Rio Uruçuaia, a atuação do Parlamento do Sertão e o funcionamento do Consórcio dos Municípios das Bacias dos Rios Uruçuaia e Cariranhã;

nº 10.780/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater, em audiência pública os impactos no Município de Juiz de Fora e região, do contrato entre a fábrica da Mercedes-Benz e o governo do Estado de Minas Gerais, tendo em vista as seguidas demissões promovidas pela empresa;

nº 10.781/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater, em audiência pública, uma alternativa de renda para os comerciantes da Praça da Estação, no Município de Belo Horizonte, prejudicados pela retirada das linhas de ônibus que possuíam ponto naquele local, em função da implantação do Move;

nº 10.782/2014, da deputada Luzia Ferreira, do deputado Carlos Pimenta e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social, pedido de providências em prol da execução, no Município de Nanuque, de ações do Programa Com Licença, Vou à Luta, com vistas ao oferecimento de cursos de qualificação e apoio aos empreendedores individuais e coletivos executados por mulheres mineiras;

nº 10.783/2014, da deputada Luzia Ferreira, do deputado Carlos Pimenta e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social, pedido de providências pela implantação, no Município de Nanuque, de Casas Abrigo e de Centros Integrados de Atendimento à Mulher, tendo em vista o aumento dos casos de violência contra a mulher naquela localidade e a necessidade de se prestar melhor apoio social, psicológico, médico e jurídico à mulher;

nº 10.784/2014, da deputada Luzia Ferreira, do deputado Carlos Pimenta e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências em prol do provimento, mesmo que por meio de designações, de cargos de delegados, de investigadores e de escrivães de polícia no Município de Nanuque, tendo em vista o aumento dos casos de violência, sobretudo contra mulheres, o que enseja uma ação mais contundente do poder público nas questões de segurança pública;

nº 10.785/2014, da deputada Luzia Ferreira, do deputado Carlos Pimenta e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização ao secretário de Estado de Defesa Social, com a presença de prefeitos do Município de Nanuque e região, para tratar de temas relacionados com a melhoria do policiamento e da infraestrutura das



polícias civil e militar em Nanuque e região, bem como debater ações necessárias à melhoria na proteção à mulher vítima de violência;

nº 10.786/2014, da deputada Luzia Ferreira, do deputado Carlos Pimenta e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Saúde pedido de providências em prol da implantação, no Município de Nanuque, do Programa Viva Vida, que proporcionará o atendimento continuado de atenção integral à saúde das mulheres, da adolescência à maturidade;

nº 10.787/2014, da deputada Luzia Ferreira, do deputado Carlos Pimenta e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências em prol da melhoria do efetivo e da infraestrutura física e operacional das polícias civil e militar no Município de Nanuque, bem como pela implantação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher naquela localidade, tendo em vista a precariedade na estrutura de tais órgãos públicos e o aumento do número de casos de violência contra a mulher;

nº 10.788/2014, do deputado Deiró Marra, do deputado Leonídio Bouças e do deputado Tenente Lúcio, em que solicitam seja encaminhado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pedido de providências em prol da recontagem populacional do Município de Monte Carmelo;

nº 10.789/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada visita técnica à Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para tratar do pedido formulado à Secretaria pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, para que áreas remanescentes do Ramal Águas Claras, pertencentes à Rede Ferroviária Federal, sejam retiradas do fundo contingente da massa falida da rede, tendo em vista a importância estratégica daquela área para o sistema de mobilidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 10.790/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte em Minas Gerais – Dnit - pedido de providências para que avalie a possibilidade de doação, nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 12.379, de 2011, dos trechos urbanos da BR-120, nos Municípios de Coimbra e São Geraldo;

nº 10.791/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte em Minas Gerais - Dnit - pedido de providências para que envie à Assembleia Legislativa a lista completa dos destinatários de notificações encaminhadas por aquele órgão a moradores dos Municípios de Coimbra e São Geraldo, contendo ordem de desocupação de trechos urbanos da BR-120 naquelas localidades;

nº 10.792/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada visita técnica ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte em Minas Gerais - Dnit, com a presença dos prefeitos dos Municípios de Coimbra e São Geraldo, para debater a situação dos moradores dessas localidades que residem às margens da BR-120, e que foram notificados a desocupar suas residências, bem como para debater a possibilidade de doação aos Municípios de Coimbra e São Geraldo, dos trechos urbanos da mencionada rodovia;

nº 10.793/2014, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater, em audiência pública no Município de Montes Claros, a qualidade dos serviços prestados pela Copasa naquela localidade.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2014.

Paulo Lamac, presidente – Luzia Ferreira.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/11/2014

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Vanderlei Miranda e Wander Borges (substituindo o deputado Marques Abreu, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.194 e 5.296/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.798/2014, do deputado Vanderlei Miranda e da deputada Maria Tereza Lara, em que solicitam seja encaminhada à Comissão de Transição do Futuro Governo do Estado as notas taquigráficas da 1ª reunião conjunta das Comissões de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, Segurança Pública e Participação Popular, que teve por finalidade debater a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para 2015;

nº 10.799/2014, do deputado Vanderlei Miranda, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, a falta de repasse financeiro do Cartão Aliança Pela Vida para as comunidades terapêuticas devidamente credenciadas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2014.

Vanderlei Miranda, presidente – Doutor Wilson Batista – Dalmo Ribeiro Silva.

**ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/11/2014**

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Célio Moreira, Gustavo Corrêa e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Rômulo Veneroso, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Almir Paraca, presidente da Comissão Extraordinária das Águas, convidando esta comissão para participar das audiências públicas a serem realizadas nos dias 20 de novembro e 4 de dezembro deste ano. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil e Relações Institucionais (13/11/2014), e dos Srs. Germano Luís Gomes Vieira, chefe de gabinete da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (13/11/2014), e Rodrigo Bueno Belo, diretor de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Eventos Críticos (14/11/2014). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 5.458/2014, em turno único, para o qual designou como relator o deputado Sávio Souza Cruz. A presidência comunica que serão reiterados os Requerimentos nºs 10.457, 10.459, 10.462 e 10.618/2014. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.743/2013 (relator: deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.929/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.769/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o processo de licenciamento, fiscalização e manutenção da estabilidade das barragens de grandes proporções para despejo de resíduos de mineração, tendo em vista o histórico de acidentes ocorridos no Estado nos últimos anos;

nº 10.770/2014, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o rompimento da barragem de rejeitos da Mineradora Herculano, localizada no Município de Itabirito;

nº 10.773/2014, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o incêndio do Centro de Controle de Zoonoses, no Município de Conselheiro Lafaiete;

nº 10.774/2014, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita técnica da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ao Centro de Controle de Zoonoses, no Município de Conselheiro Lafaiete.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 10.856/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informação sobre as condições ambientais da região do Município de Ouro Preto, em especial das áreas de Marzagão, Lago do Azedo, Barcelos, Panificadora e do terreno da empresa Novelis, em Saramenha.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2014.

Célio Moreira, presidente - Duarte Bechir - Lafayette de Andrada.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/11/2014

Às 11h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: da Sra. Arlete dos Santos Balbino, moradora do Município de Brumadinho, pedindo providências a respeito de supostas alterações nas linhas de ônibus da Saritur. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, em 27/6/2014: dos Srs. Fabrício Torres Sampaio, secretário de Transporte, Ulisses Santana Licim, presidente da Câmara Municipal de Tupaciguara, e da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil; em 11/9/2014: do Sr. Luiz Eduardo Nardi, presidente da Câmara Municipal de Marília (SP); em 30/8/2014: do Sr. Rodrigo Diniz Lara, diretor da Superintendência Central de Governança Eletrônica da Secretaria de Planejamento e Gestão; em 28/8/2014: da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil; em 21/8/2014: do Sr. Sebastião Custódio Couto Júnior, presidente da Câmara Municipal de Frutal; em 8/8/2014: do Sr. José Elcio Santos Monteze, diretor-geral do DER-MG; em 26/7/2014: do Sr. Josué Costa Valadão, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte; em 1º/11/2014: da vereadora Mariliam Parreiras e Soares, presidente da Câmara Municipal de Brumadinho, da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, e do Sr. Josué Costa Valadão, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.160/2014, (relator: deputado Celinho do Sinttrocel, em virtude de redistribuição); pela aprovação os Projetos de Lei nºs 5.279/2014 (relator: deputado Adalclever Lopes), 4.183/2013, no 2º



turno (relator: deputado Adalclever Lopes), 4.993/2014, no 1º Turno, (relator: deputado Celinho do Sinttrocel, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 5.320/2014, em turno único (relator: deputado Paulo Guedes), é retirado de pauta por determinação do presidente da Comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 5.167/2014 (relator: deputado Adalclever Lopes), e com as Emendas nºs 1, os Projetos de Lei nºs 4.109/2013 (relator: deputado Gustavo Valadares), 4.291/2013, (relator: deputado Adalclever Lopes), e 4.865/2014 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), que receberam parecer por sua aprovação. Durante a discussão, o Projeto de Lei nº 4.878/2014, em turno único, recebeu a seguinte Emenda nº 2: “Revoga-se a Lei nº 21.260, de 20/5/2014”, do deputado Jayro Lessa. Ato contínuo, foi designado relator o deputado Adalclever Lopes, para emitir o parecer. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.458, 8.463, 8.572, 8.573 e 8.937/2014. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres de redação final dos Projetos de Lei nºs 4.867/2014, 5.033/2014 e 5.044/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.857/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. - Concebra - pedido de providências para a construção de retornos no mesmo nível e de trincheiras que atendam os municípios, distritos, comunidades e bairros ligados às Rodovias BR-153 e 262;

nº 10.858/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Câmara Municipal de Pará de Minas as notas taquigráficas da audiência pública realizada em 25/6/2014, que teve por finalidade a apresentação dos planos e projetos da concessão das Rodovias BR – 060, 153 e 262.

nº 10.859/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A – Concebra – pedido de providências para instalação de radar fixo, redutores de velocidade e incremento da sinalização no trevo do Município de Pará de Minas.

nº 10.860/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A – Concebra – pedido de providências para a construção, no Km 401, próximo ao trevo do Município de Pará de Minas, passagem de nível subterrânea ou elevada, ligando o Bairro Serra Verde aos Bairros Jardim Beatriz, Pilares e adjacências.

nº 10.861/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A – Concebra – pedido de providências para a implantação de radar eletrônico no Km 588, da BR-262, próximo ao Município de Campos Altos.

nº 10.862/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A – Concebra – pedido de providências para a implantação de radar eletrônico no Km 508, da BR-262, próximo ao Ribeirão Estiva, no Município de Luz.

nº 10.863/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A – Concebra – pedido de providências para que seja disponibilizado sinal de telefonia móvel em todo o trajeto das BR-060, 153 e 262.

nº 10.864/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A – Concebra – pedido de providências para que as comunidades, bairros e distritos, que fiquem separados da sede por praça de pedágio na faixa da concessão, tenham sua situação tratada de forma diferenciada.

nº 10.865/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada reunião para debater em audiência pública o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Aço.

nº 10.866/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Copanor pedido de providências para que seja realizada a ligação do poço artesiano do Município de Araçuaí, na comunidade de Alfredo Graça.

nº 10.867/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Copanor pedido de informações sobre as razões pelas quais o poço artesiano do Município de Araçuaí, na comunidade de Alfredo Graça, não foi ligado logo após a conclusão das obras.

nº 10.868/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A – Concebra – pedido de providências para a construção de um viaduto no cruzamento da BR-153 com a MG-497, no Município de Prata.

nº 10.869/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A – Concebra – pedido de providências para a duplicação da BR-153, próximo ao Município de Prata.

nº 10.870/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para a inclusão, no Programa Caminhos de Minas, da via Vila Gabriel Passos, entre os Municípios de Nanuque e Umburatiba, na região do Vale do Mucuri.

nº 10.871/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Dnit pedido de informações sobre as obras de recuperação da Ponte Velha, sobre o Rio Piracicaba, que liga Coronel Fabriciano a Timóteo.

nº 10.872/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, no Município de Hipólito, a atual situação das obras na ponte sobre o Rio das Velhas, que liga o Distrito da Senhora da Glória ao Município de Curvelo, e a implantação da segunda etapa do Programa de Universalização do Acesso aos serviços de telecomunicações do Estado de Minas Gerais - Minas Comunica II - nos Distritos de Senhora da Glória e Vale Fundo, no Município de Santo Hipólito.

nº 10.873/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as responsabilidades da queda do viaduto que faz parte das obras de duplicação da Avenida Dom Pedro I, para a instalação do BRT, que aconteceu em 3/7/2014, bem como a qualidade de todas as outras obras relacionadas ao BRT.



nº 10.874/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada visita ao local onde ocorreu a queda do Viaduto Guararapes, na Avenida Pedro I, em 3/7/14, e aos órgãos pertinentes.

nº 10.875/2014, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o desabamento do Viaduto Guararapes, na Avenida Pedro I, que ocorreu em 3/7/14.

nº 10.876/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a inclusão, no Programa Caminhos de Minas, do trecho da estrada que liga Senador José Bento à sede do Município de Borda da Mata, nas proximidades do Bairro do Cervo.

nº 10.877/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para inclusão, no Programa Caminhos de Minas, do trecho que liga a Rodovia MG-290 ao Distrito de Sertãozinho, no Município de Borda da Mata.

nº 10.878/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada, no Município de Candeias, reunião para debater, em audiência pública, as condições da Rodovia BR-354, especialmente próximo aos trevos de acesso para Candeias e Boa Esperança.

nº 10.879/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao Dnit pedido de providências para que sejam instalados redutores de velocidade na BR-267, nas proximidades do trevo de acesso a Bom Jardim de Minas.

nº 10.880/2014, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada reunião para debater a implantação de estacionamento rotativo nas ruas paralelas à Avenida Pedro II, em Belo Horizonte.

nº 10.881/2014, da deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de providências para que a linha 7.480, que serve aos moradores do Bairro Jardim Teresópolis, em Betim, não seja extinta, e o memorial elaborado pelos moradores do Bairro Jardim Teresópolis, em Betim, juntamente com a Associação de Moradores Parceiros do Bem.

Na sequência, são aprovados os relatórios das seguintes visitas: aos pátios do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais sob concessão, credenciamento e convênio, em Pará de Minas, destinados a guarda de veículos apreendidos por infração de trânsito ou determinação judicial; à Ponte Velha, que liga Coronel Fabriciano ao Município de Timóteo, pela Avenida Tancredo Neves, trecho urbano da BR-381; à sede do Dnit, em Brasília, para acompanhar a sessão pública do Regime Diferenciado de Contratações - RDC nº 165/2013-00 -, destinada ao recebimento da proposta inicial de preços e da proposta técnica de cada lote licitado para as obras de duplicação da Rodovia BR-381; à Lagoa da Pampulha, a fim de se averiguarem as condições de mobilidade urbana no entorno da lagoa, em suas partes críticas, especialmente no que concerne às ciclovias; e à Superintendência Regional do Dnit no Estado, para obter informações sobre a atual situação da Rodovia dos Inconfidentes, na BR-356. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2014.

Adalclever Lopes, presidente – Celinho do Sinttrocel – Anselmo José Domingos.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Local visitado: Pátios do Detran-MG em Pará de Minas

Apresentação

A requerimento dos deputados Adalclever Lopes, Antônio Júlio e Ivair Nogueira, esta comissão, no dia 23/3/2012, visitou os pátios do Detran-MG, em Pará de Minas, a fim de averiguar as condições dos pátios sob concessão, credenciamento e convênio destinados a guarda de veículos apreendidos por infração de trânsito ou determinação judicial.

Participaram da visita os deputados Adalclever Lopes, Célio Moreira, Alencar da Silveira Jr., Antônio Julio, Inácio Franco e Ivair Nogueira. Foram acompanhados por Joel Barbosa, procurador do Município de Pará de Minas representando José Porfírio de Oliveira Filho, prefeito municipal de Pará de Minas; Marcílio Magela de Souza, presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas; 1º-Ten. BM Adelmo Francisco de Oliveira, comandante do 7º Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar - Pará de Minas; Ronan Santoli, delegado de Polícia do Detran-MG, representando Oliveira Santiago Maciel, chefe do Departamento de Trânsito de Minas Gerais; Mauro Costa Santos, diretor da empresa Socorro Invicto Ltda. e proprietário da empresa Socorro Camilo Ltda.; e Raydan Pacelli da Silveira Moraes, proprietário da empresa Socorro MR Ltda.

Relato

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas visitou, ao todo, três pátios de remoção e guarda de veículos em Pará de Minas.

Ao longo da visita, a comissão constatou que a superlotação observada em todos os pátios, quando se tornam inoperantes, pode trazer problemas até de saúde pública para a região. Os donos dos estabelecimentos visitados cobraram agilidade na realização de leilões dos carros apreendidos e não buscados por seus proprietários. O processo, que deveria ser realizado pelo Detran-MG a cada 90 dias, conforme fixado em lei que trata do assunto, vem sofrendo atraso de até um ano, situação que agrava o problema da superlotação.

Conclusão

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas tem ciência de que problemas similares também têm sido observados em outros municípios e concluiu que a elaboração de legislação estadual que vise a desburocratizar a realização dos leilões pode solucionar a situação. Uma sugestão apontada é a de delegar aos pátios a realização dos leilões, hoje, a cargo do Detran-MG.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2014.

Adalclever Lopes, presidente - Celinho do Sinttrocel.

**RELATÓRIO DE VISITA****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas
Local visitado: Ponte Velha no Município de Coronel Fabriciano****Apresentação**

A requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel, esta comissão visitou, no dia 26/3/2013, a Ponte Velha, que liga Coronel Fabriciano ao Município de Timóteo, pela Avenida Tancredo Neves, trecho urbano da BR-381.

Participaram da visita os deputados Ivair Nogueira e Celinho do Sinttrocel. Foram acompanhados pelo Sr. José Maria da Cunha, superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT-MG.

Relato

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas se encontrou com os convidados na Ponte Velha, que liga Coronel Fabriciano ao Município de Timóteo, pela Avenida Tancredo Neves, trecho urbano da BR-381.

Durante a visita, os deputados constataram a situação da ponte. O DNIT-MG informou que a a Ponte Velha seria reaberta a partir da semana seguinte e que as obras efetivas de reparo da estrutura danificada teriam início em 60 dias. Inicialmente, atendendo aos apelos dos empresários, da comunidade e também da ALMG, o DNIT-MG optou por realizar obras emergenciais, a fim de liberar o tráfego de veículos leves, até o início da obra definitiva.

Conclusão

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas entendeu que as soluções apresentadas são necessárias e bem-vindas, porém, fica no aguardo de solução definitiva para recuperação total da estrutura.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2014.

Adalclever Lopes, presidente - Celinho do Sinttrocel - Gustavo Valadares.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas
Local visitado: Coordenação Geral de Cadastro e Licitações do DNIT, em Brasília****Apresentação**

A requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel, esta comissão visitou, nos dias 13 e 14 de junho de 2013, a Coordenação Geral de Cadastro e Licitações do DNIT, em Brasília, a fim de acompanhar a sessão pública do Regime Diferenciado de Contratações nº 165/2013-00 do DNIT, destinada ao recebimento da proposta inicial de preços e da proposta técnica de cada lote licitado para as obras de duplicação da Rodovia BR-381.

Participaram da visita os deputados Celinho do Sinttrocel e João Vitor Xavier.

Relato

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas acompanhou as etapas do processo licitatório da Rodovia BR-381 realizadas no dias 13 e 14 de junho de 2013.

Durante a sessão pública do Ministério dos Transportes, foram recebidas as propostas iniciais de preços e técnicas de cinco lotes.

Conclusão

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas ficou otimista quanto ao o início das obras de duplicação do Rodovia BR-381.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2014.

Adalclever Lopes, presidente - Gustavo Valadares - Celinho do Sinttrocel.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas
Local visitado: Orla da Lagoa da Pampulha****Apresentação**

A requerimento dos deputados Gilberto Abramo, Anselmo José Domingos e Ivair Nogueira, esta Comissão visitou, no dia 30/9/2013, a Lagoa da Pampulha, a fim de averiguar as condições de mobilidade urbana no entorno da lagoa, especialmente no que concerne às cicloviás, em suas partes críticas.

Participaram da visita os deputados Adalclever Lopes e Gilberto Abramo. Foram acompanhados pela Sra. Cláudia Ferreira de Souza, promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo do Estado de Minas Gerais; e pelos Srs. Bruno Martuchele de Sales, secretário municipal de Esportes e Lazer de Belo Horizonte; Ramon Victor Cesar, diretor-presidente da BHTrans; Demerson Furtado Pulis Gomes, presidente da Liga Mineira de Ciclismo; Paulo Aquino, presidente da Federação Mineira de Ciclismo; Carlos Starling, presidente da União Ciclista Desportiva de Minas Gerais; Professor Wendel, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Humberto Pereira de Abreu Júnior, secretário municipal Regional Pampulha; Helder Alves Novais, diretor de Transporte e Trânsito da Associação Pró-Civitas; Rogério Marques Pacheco, Coordenador do Giro 30.

Relato

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas se encontrou com os convidados em frente à Igreja São Francisco de Assis. Ao longo da visita, os presentes levantaram a necessidade de atenção para diversos aspectos:

- a) a revisão de pontos críticos das cicloviás, como nas curvas;
- b) a possibilidade de instalação de faixa sonorizadora entre a Barragem da Pampulha e o Mineirinho, para evitar que os automóveis entrem na ciclovia;



- c) a possibilidade de implantar mão única para carros entre o Pampulha Iate Clube – PIC – e a barragem em determinados horários para favorecer a prática do esporte de alto rendimento;
- d) a instalação de ciclofaixa de mão única em trecho de cerca de 11 km, onde a ciclovia fica no passeio (essa iniciativa também pretende possibilitar a prática do esporte de velocidade);
- e) a necessidade de adequar a ciclovia na barragem, remanejando a mureta.

Conclusão

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas concluiu que o assunto necessita ser mais debatido. O deputado Gilberto Abramo acredita que o assunto deve ser tratado sob a ótica da mobilidade urbana. O deputado Adalclever Lopes enfatizou a importância de campanhas educativas e de fiscalização no local, bem como a importância de envolver a Polícia Militar nas discussões. Sala das Comissões, 18 de novembro de 2011.

Adalclever Lopes, presidente - Celinho do Sinttrocel - Gustavo Valadares.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Local visitado: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – em Belo

Horizonte

Apresentação

A requerimento do deputado Célio Moreira, esta comissão, no dia 15/5/2014, visitou a Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – em Belo Horizonte, a fim de obter informações sobre a atual situação da Rodovia dos Inconfidentes, localizada na BR-356.

Participaram da visita os deputados Adalclever Lopes e Célio Moreira. Foram acompanhados por Francisco Rocha Gonçalves, vice-prefeito, representando José Leandro Filho, prefeito municipal de Ouro Preto; Ten. PM Marco Felipe da Silveira, comandante da 2ª Companhia de Polícia Rodoviária Militar, representando o Maj. PM Cássio Eduardo Soares Fernandes, comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária Militar de Minas Gerais; Sérgley de Matos Neves, presidente da Associação dos Moradores da Bocaina - Ouro Preto; e Denilson da Costa, líder comunitário em Cachoeira do Campo. Foram recebidos pelo superintendente do Dnit em Minas Gerais, Álvaro Campos de Carvalho

Relato

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas se encontrou com os convidados na Superintendência Regional do Dnit em Belo Horizonte.

Durante a visita, foram discutidas e apresentadas demandas de usuários da Rodovia dos Inconfidentes. Parlamentares da ALMG, a Superintendência Regional do Dnit, autoridades e moradores da região acertaram a colocação de quebra-molas em cinco trechos da BR-356 e a instalação de um radar, como medidas paliativas para minimizar os problemas de segurança na região de Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto. Ficou acertada também a realização de audiência pública em Cachoeira do Campo para apresentar à comunidade local as discussões que ocorreram durante a visita.

Conclusão

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas entendeu que as soluções apresentadas são necessárias e bem-vindas, porém paliativas. Não devem substituir, no médio e no longo prazo, as intervenções para as necessárias melhorias da Rodovia dos Inconfidentes.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/11/2014

Às 10h36min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Luzia Ferreira e Liza Prado (substituindo o deputado Tiago Ulisses, por indicação da Liderança do BAM) e o deputado Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Luzia Ferreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. O presidente informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 5.401/2014, em turno único, do qual designou como relator o deputado Elismar Prado. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 464/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Elismar Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.916 e 8.930/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.882/2014, da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja realizada visita às ruínas da igreja de Morro do Santana, em Mariana;

nº 10.883/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada visita ao patrimônio ferroviário de Ribeirão Vermelho.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2014.

Luzia Ferreira, presidente.

**ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/11/2014**

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado João Leite, membro da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Luzia Ferreira. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o crescimento da violência e a possibilidade de aumento do efetivo policial no Município de Brumadinho. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Marielza Custódia de Lima, técnica de defesa civil da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil de Brumadinho; Renata Mariliam Parreiras e Soares, presidente da Câmara Municipal de Brumadinho; Alessandra Cristina de Oliveira, vereadora da Câmara Municipal de Brumadinho; Janaína Cândida Faria Souza de Menezes, escritvã de polícia de Brumadinho; Rosinalva de Jesus Nunes, presidente do Conselho Tutelar de Brumadinho; e os Srs. Luiz Gonzaga de Almeida, controlador-geral interno da Prefeitura de Brumadinho; Luiz Cláudio de Almeida Teodoro, gestor da Guarda Municipal de Brumadinho; Itamar Franco Caetano, vereador da Câmara Municipal de Brumadinho; Cap. PM Denner Alexandre da Silva, futuro comandante da 215ª Companhia Especial do 48º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais em Brumadinho; Cap. PM Simone Azevedo de Oliveira Prado, comandante da 215ª Companhia Especial do 48º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais em Brumadinho; Ronan Gomes Nogueira, presidente da OAB-MG subseção Brumadinho, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra a deputada Luzia Ferreira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2014.

João Leite, presidente – Cabo Júlio – Sargento Rodrigues – Rômulo Viegas.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 2/12/2014****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.494/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado. (Faixa Constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Foram recebidas em Plenário as Emendas nºs 1 a 10.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que trata da organização e da divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Rômulo Viegas opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Zé Maia opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.



Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Educação o direito de observar o período de guarda religiosa. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, com o objetivo de proibir a utilização da tecnologia de incineração nos casos que especifica. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2013, do deputado Fábio Cherem e outros, que dá nova redação aos arts. 159 e 160 da Constituição do Estado e acrescenta incisos ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 69/2014, do deputado Lafayette de Andrada e outros, que acrescenta artigo à Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.604/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 73, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.605/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 62, de 9 de julho de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.606/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 78/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.607/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 84/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.608/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 88/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.609/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 89, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2013, do deputado Gustavo Perrella, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 755/2011, do deputado Wander Borges, que institui o Dia Estadual de Combate aos Maus-Tratos contra Idosos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado de Minas Gerais a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Minas Gerais, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.165/2014, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 575/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 797/2011, do deputado Carlos Pimenta, que torna obrigatória a manutenção de profissional treinado em primeiros socorros nos eventos do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.204/2012, do deputado Célio Moreira, que cria o Livro de Reclamações dos Consumidores. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.507/2012, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos nos Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e nas Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e pela rejeição do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.775/2013, do deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capelinha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.743/2013, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual Alto Cariri, criado pelo Decreto nº 44.726, de 18 de fevereiro de 2008. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.961/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.131/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.196/2014, do deputado Célio Moreira, que altera a Lei nº 20.304, de 26 de julho de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.205/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, que dá nova redação à Lei nº 18.707, de 7 de janeiro de 2010, que autoriza o Poder Executivo a doar à Uemg o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.245/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que altera a Lei nº 15.082, de 27 de abril de 2004, que dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.294/2014, do deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.591/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado, e a Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 2/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 9.031 a 9.036 e 9.046 a 9.051/2014, do deputado Cabo Júlio; 9.052 e 9.053/2014, do deputado Sargento Rodrigues; e 9.060/2014, do deputado Tony Carlos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 2/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 5.626/2014, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.613/2014, da deputada Luzia Ferreira; 5.614/2014, do deputado Fred Costa; 5.616/2014, do deputado Paulo Lamac; e 5.617/2014, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 2/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para novo balanço do andamento das obras de despoluição e revitalização da Lagoa da Pampulha.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 2/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 5.115/2014, do deputado Inácio Franco, e 5.210/2014, do deputado Luiz Henrique.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.455/2014, do deputado Gil Pereira; 5.463/2014, da deputada Rosângela Reis; 5.503/2014, do deputado Ulysses Gomes; e 5.531/2014, do deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.087/2014, do deputado João Leite; 5.411/2014, do deputado Cássio Soares; e 5.465/2014, do deputado Tiago Ulisses.

Requerimentos nºs 8.903/2014, da deputada Liza Prado; 8.913/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; e 8.997/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 2/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 8.967 a 8.970/2014, do deputado Ivair Nogueira, e 9.054 a 9.059/2014, do deputado Tony Carlos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 2/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 9.028/2014, da Cipe São Francisco.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 2/12/2014, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que trata da organização e da divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências; à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências; à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito; à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013; à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica; à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Educação o direito de observar o período de guarda religiosa; à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado; à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, com o objetivo de proibir a utilização da tecnologia de incineração nos casos que especifica; e à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do

imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado; 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado; 63/2013, do deputado Fábio Cherem e outros, que dá nova redação aos arts. 159 e 160 da Constituição do Estado e acrescenta incisos ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e 69/2014, do deputado Lafayette de Andrada e outros, que acrescenta artigo à Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República; dos Projetos de Resolução nºs 5.604/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 73, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; 5.605/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 62, de 9 de julho de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; 5.606/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 78/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014; 5.607/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 84/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014; 5.608/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 88/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014; e 5.609/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 89, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; do Projeto de Lei Complementar nº 45/2013, do deputado Gustavo Perrella, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte; e dos Projetos de Lei nºs 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado de Minas Gerais; 575/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá outras providências; 755/2011, do deputado Wander Borges, que institui o Dia Estadual de Combate aos Maus-Tratos contra Idosos; 797/2011, do deputado Carlos Pimenta, que torna obrigatória a manutenção de profissional treinado em primeiros socorros nos eventos do Estado; 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado de Minas Gerais a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Minas Gerais, prestadoras de serviço público e dá outras providências; 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama; 3.204/2012, do deputado Célio Moreira, que cria o Livro de Reclamações dos Consumidores; 3.507/2012, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos nos Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e nas Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências; 3.775/2013, do deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capelinha o imóvel que especifica; 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República; 4.743/2013, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual Alto Cariri, criado pelo Decreto nº 44.726, de 18 de fevereiro de 2008; 4.961/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica; 5.131/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica; 5.165/2014, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 5.196/2014, do deputado Célio Moreira, que altera a Lei nº 20.304, de 26 de julho de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica; 5.205/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, que dá nova redação à Lei nº 18.707, de 7 de janeiro de 2010, que autoriza o Poder Executivo a doar à Uemg o imóvel que especifica; 5.245/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que altera a Lei nº 15.082, de 27 de abril de 2004, que dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências; 5.294/2014, do deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica; 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário; 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; 5.494/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado; e 5.591/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado, e a Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo, e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 1º de dezembro de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a deputada Luzia Ferreira e os deputados Carlos Mosconi, Luiz Henrique e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/12/2014, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 5.401/2014, da deputada Luzia Ferreira; 5.418/2014, do deputado Bosco; 5.435/2014, do deputado Luiz Henrique; 5.484/2014, do deputado Ulysses Gomes; 5.486/2014, do deputado Inácio Franco; 5.508/2014, da deputada Maria Tereza Lara; e 5.517/2014, do deputado Dilzon Melo; de votar, em turno único, o Requerimento nº



9.030/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2014.
Elismar Prado, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/12/2014, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2014.
Durval Ângelo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Fabiano Tolentino, Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/12/2014, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, as Propostas de Ação Legislativa nºs 2.039 a 2.176/2014, de iniciativa popular, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2014.
André Quintão, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Almir Paraca, Cássio Soares e Gil Pereira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/12/2014, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 5.096/2014, do deputado Fred Costa, de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.148/2011, da deputada Ana Maria Resende, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 341/2011, do deputado Fred Costa, 346/2011, do deputado Fred Costa, e 3.498/2012, da deputada Liza Prado, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 5.223/2014, do deputado Gil Pereira, 5.416/2014, do deputado Wander Borges, e 5.427/2014, do deputado Cássio Soares, de votar, em turno único, o Requerimento nº 8.914/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2014.
Liza Prado, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/12/2014, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, as condições atuais de abastecimento público e de segurança hídrica no Estado, as competências e a autonomia das agências de bacia hidrográfica, suas relações com os gestores dos recursos hídricos e as ações necessárias para promover o fortalecimento dos comitês de bacia hidrográfica, bem como de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2014.
Almir Paraca, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.536/2014

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do deputado Rogério Correia, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Amigos de Iracambi, com sede no Município de Rosário da Limeira.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.536/2014 pretende declarar de utilidade pública a Associação Amigos de Iracambi, com sede no Município de Rosário da Limeira, constituída em 30 de agosto de 1999.



A associação, voltada para a preservação, defesa e conservação do meio ambiente da Mata Atlântica, tem como finalidade não só o desenvolvimento de estudos e pesquisas visando à ampliação dos conhecimentos sobre a Mata Atlântica como também a produção e a divulgação de tais conhecimentos por meio de programas de educação ambiental. Busca, ainda, gerir técnicas visando ao manejo sustentável das terras florestadas e desmatadas e o desenvolvimento sustentável das comunidades que residem na Mata Atlântica.

É inegável a importância do trabalho desenvolvido pela entidade em defesa desse bioma que vem sendo, ao longo dos anos, cada vez mais ameaçado pela ação do homem, razão pela qual ela se faz merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.536/2014, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2014.

Sávio Souza Cruz, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.554/2014

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Relatório

De autoria do Deputado Rômulo Viegas, a proposição em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de São João Del-Rei, com sede nesse município.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a esta comissão deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação Comercial e Industrial de São João Del-Rei, com sede naquele município, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que possui entre seus objetivos o de defender os interesses dos empresários das classes que congrega e o de fomentar o desenvolvimento econômico local.

A documentação apresentada atende à Lei nº 12.972, de 1998, que rege o reconhecimento de utilidade pública de entidades sem fins lucrativos. Como a entidade, de caráter eminentemente associativo e sem fins lucrativos, contribui para o empoderamento da sociedade civil e para o desenvolvimento de São João Del-Rei, consideramos procedente a concessão do título de utilidade pública.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.554/2014, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2014.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 26/11/2014

O deputado Wander Borges* - Sr. Presidente, está tudo errado aqui. Isto aqui virou uma zorra, virou uma falta de respeito. Então não preciso fazer mais inscrição para o Grande Expediente. Quem atrapalhou aqui foi quem começou a pedir questão de ordem. Por favor, Sr. Presidente, garanta a minha palavra. O deputado Rogério Correia já fez questão de ordem e atrapalhou o pinga-fogo. Foi V. Exa. que começou. Rasga o Regimento Interno desta Casa. Rasga isso. Olhem, sabem o que está acontecendo nesta Casa? Esta Casa, Sr. Presidente, está vivendo disso aqui, que está no *Estado de Minas* de hoje. É blá-blá-blá, blá-blá-blá, blá-blá-blá, e ninguém vota nada, ninguém resolve as coisas. Há deputado que nem aqui aparece e vem, toda vez, na questão de ordem, falar de assuntos que não são relevantes. Faça a inscrição no pinga-fogo. O Grande Expediente existe, são quinze minutos para que fale a respeito das coisas que ia falar. Está tudo trocado. Ou, então, a partir de agora, não precisa respeitar o Regimento Interno. Olhem, está errado.

Eu gostaria que fosse assegurada a minha palavra, por favor. Eu me inscrevi ontem para trazer aqui assunto que quero apresentar à sociedade e preciso ser respeitado. Quantas vezes tivemos ato aqui de generosidade com outros deputados, descumprindo, e agora querem terminar.

Já se passaram 5 minutos. Quero desconto, sabem por quê? Nós não podemos... Eu não vou pedir a recomposição de quórum, não. Depois que eu terminar de falar vocês peçam. Sabem por quê? Eu vim aqui... Aliás, presidente, pode olhar aí, sou o deputado que, depois das eleições, esteve aqui em todas as reuniões. Agora, o que acontece é que, quando começa a reunião, no intuito de provocar a discórdia, de provocar o desentendimento, pedem questão de ordem para assuntos que não têm nada a ver. Então quero que seja garantido. Mas acontece que eu gostaria que houvesse educação.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Deputado Wander Borges, solicito que faça seu pronunciamento e não dê ouvidos ao Plenário até que V. Exa. conceda aparte.

O deputado Wander Borges* - Então eu gostaria que V. Exa. usasse da forma regimental e cortasse o microfone do auditório para que eu não seja interpelado. V. Exa. tem, eletronicamente, condição de fazer isso. Então que o faça, por favor.

Trago a esta Casa... Primeiro, acho que a discussão que está sendo colocada por alguns deputados é muito mais séria do que imaginamos. Venho alertando, nesses últimos oito anos, deputado Duarte Bechir, que infelizmente o que fizeram na Nação brasileira foi uma quebradeira geral. Estados e municípios estão em petição de miséria. Isso não é de hoje, mas de muito tempo. Sabe por quê?



Porque o recurso arrecadado está todo na União. Quando vemos essa lambança que está nesta revista, que colocou aqui uma década de corrupção, percebemos que deveria haver responsabilidade como crime. O pessoal está nas filas morrendo porque não consegue uma tomografia computadorizada, uma ressonância magnética, uma cintilografia. Sabe por quê? Porque, infelizmente, surrupiaram o dinheiro brasileiro. Precisamos rever alguns conceitos.

E quero trazer aqui, Sr. Presidente, um projeto de lei, de nossa autoria, que está tramitando na Casa e que gostaríamos de ver aprovado. É aquele projeto que institui o dia estadual de combate àqueles que maltratam os idosos. Hoje há mais de 14 milhões de idosos, com idade acima de 60 anos, que precisam ter um encaminhamento diferenciado. Precisamos trabalhar essa questão, que é muito séria. Esse projeto está na ordem do dia, e precisamos avançar. Estamos chegando ao período natalino, semana que vem já é dezembro; precisamos votar, precisamos ter responsabilidade com aqueles que nos elegeram para esta legislatura. Aqueles que renovaram os seus mandatos, os problemas do novo governo, seja federal, seja estadual, e os problemas que continuarão nos municípios terão, sim, condição de ser avaliados no momento oportuno. Por que acaba acontecendo isso? Já foi dito aqui, diversas vezes, que, enquanto o País não for responsabilizado dentro de uma questão macroeconômica e não repuser aos estados e municípios recursos necessários suficientes para prover suas despesas fixadas em orçamento, o que veremos é isso aí. E não é só aqui, em Minas Gerais, mas no País todo.

Estou estarecido com a proposta aprovada no Plenário da Assembleia Legislativa da Bahia, de dar ao governador que ora encerra o mandato um salário vitalício. Em Minas Gerais, lembro-me muito bem, o Prof. Antônio Anastasia, num posicionamento de zelo, mandou para cá um projeto de lei para acabar com o salário de governador assim que terminasse o mandato. À época isso também foi feito em alguns municípios, como em Belo Horizonte. Lembro-me do Célio de Castro nessa situação.

Estávamos agora assistindo à televisão, e sabe o que vimos? Um sujeito, ao telefone, tentando passar a perna no outro. E o cara que estava tentando passar a perna apelou e xingou o cara de bem do outro lado da linha. O Brasil vive a maior desordem da sua história. Sujeito não quer pagar, sujeito dá cheque sem fundo, sujeito acha que tudo é certo. Essa geração de meninos e meninas que está vindo aí está convivendo com os piores exemplos da história da democratização da Nação brasileira.

Precisamos recuperar valores éticos e morais e respeitar a sociedade. Esse modelo político e brasileiro que está aí está acabado e falido e é anacrônico. Não podemos mais conviver com ele. Os homens de bem têm de ter responsabilidade para fazer as mudanças necessárias a fim de que o País avance. Não podemos deixar do jeito que está, cada um cuidando do seu umbigo, pessoas nas filas de ônibus e pessoas esperando a cirurgia de CA, assim como tantas outras questões. Se formos mostrá-las aqui...

Atualmente o País tem 2 milhões de pessoas vivendo nas ruas. A população de rua chega a esse número, e passamos por debaixo dos viadutos como se não tivesse nada a ver com a gente. Estão fazendo dois brasis: um Brasil daqueles que têm tudo e outro dos que não têm nada. É como se diz: “Vou lhe dar aqui uma miséria. Fica feliz com ela porque o resto é meu”. Esse é o Brasil onde estamos vivendo. Não é país de rico e de pobre. Sabem disso? Estão dividindo o bolo. Parece a música do Luiz Gonzaga que fala das mulheres: duas para mim e uma para você, três para mim e menos uma para você, e assim sucessivamente.

Deputados, companheiros e amigos, não podemos fazer desta Casa essa bagunça que foi generalizada depois das eleições. Quem ganhou a eleição deveria comemorar com respeito. O que construímos nos últimos anos? A questão republicana institucional. Não precisa tripudiar nada aqui. Aqui não é lugar para tripudiar sobre ninguém nem pegar as mágoas pessoais e trazê-las para dentro deste Plenário.

No ano que vem há um governo que se inicia e com certeza precisará desta Casa e da sociedade aqui representada a bem não só de Minas, mas também do Brasil. Precisamos reforçar conceitos e valores porque parece que os estamos varrendo para debaixo do tapete. É muito fácil sim.

Ontem assisti atentamente a cada um que vem aqui e diz: “Olha, o posto de saúde e a estrada estão desse jeito”. Dividam os recursos que estão no governo federal. Hoje uma cintilografia que você não encontra no SUS custa R\$700,00. Gente, vamos baixar a bola. Roubaram a Petrobras, e a roubaram muito. Agora nós, como parlamentares, seja oposição ou situação, temos de ter humildade para reconhecer que o caminho que o Brasil trilhou está equivocado, errado. Vamos arrumá-lo porque daqui a alguns anos, quando olharmos para trás, diremos: “Fizemos a nossa parte e não contribuimos para que isso esteja do que jeito que está”. Temos condições, sim, de rever conceitos. Muitos estão levando essa condição porque é o modelo que está aí exposto. Agora, persistir no erro e caminhar do jeito que está caminhando não é possível. Não podemos admitir isso.

Fui ao Estado de Pernambuco, do falecido Eduardo Campos, governador do meu partido, que fez uma gestão primorosa. Lá os problemas são os mesmos de Minas Gerais, da Bahia e do Rio Grande do Sul, do nosso companheiro Tarso Genro, que também foi derrotado.

Amigos, está faltando hombridade às pessoas e, com todo respeito, parlamentares presentes, brilho e respeito para com esta Casa Legislativa. Até quando permitiremos que as coisas aconteçam do jeito que estão acontecendo nesta Casa? Não podemos. Agora não pode passar nada nem ser votado nada. Todo mundo está do lado de fora dando palpíte aqui. Ninguém tem mais autonomia. Sabem o que falta nesta Nação? Atitude, liderança responsável com a coisa pública e gente que quer... Não é só mudar a vida do trabalhador para R\$700,00. Vou voltar à época em que fui bancário. O salário mínimo hoje deveria ser de R\$2.500,00 para dar provisão à vida do cidadão comum, mas isso acaba não acontecendo.

Sr. Presidente, estou aqui hoje, nesta tribuna, obviamente, depois desse tumulto. Agora a coisa parece que está serenada, mas não podemos admitir, pois é preciso cumprir o Regimento Interno e as regras desta Casa. Olha, temos respeitado.

Um dia fui chamado, aqui, de demagogo por um colega, numa votação, e eu nem aqui estava. Funciona assim. As pessoas vêm aqui, a veia do pescoço sobe, e o sujeito parece que vai ter um infarto do miocárdio, parece Charles Chaplin no último discurso. Olha, vou usar a tática terra arrasada. O que começa no ano que vem nada mais é do que o novo governo, que não tem CPF, e sim CNPJ. Com CNPJ, você pega a receita, a despesa, o bônus e o ônus da caminhada. Esta Casa estará, mais uma vez, sendo responsável, precisa acompanhar para apoiar quando for para o bem do Estado de Minas Gerais, mas também para criticar, retrucar e fazer o que tem de



ser feito quando não for para o bem de Minas. Não podemos caminhar como estamos caminhando. Peço, Sr. Presidente, a responsabilidade desta Casa.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/12/2014, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Liza Prado

nomeando Carina de Freitas Samos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;
exonerando Josival de Araújo Souto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Wellington Matos Marçal do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete da Deputada Luzia Ferreira

nomeando Luiza do Carmo Pantaleão Campos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
exonerando Anne Aline Assis dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete da Deputada Rosângela Reis

exonerando, a partir de 1/12/2014, Caroline Fátima Lopes Teixeira do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 29/11/2014, que exonerou, a partir de 1º/12/2014, Alan Salatiel Moura Félix do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

exonerando Jéson Fagundes Júnior do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Alessandro Cassiano Cardoso do cargo de assistente administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Cultura;

nomeando Carlos Magno Ribeiro Costa para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Cultura.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2014

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 195/2014

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 15/12/2014, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de sociedade empresária, para elaboração de projeto estrutural e construção de lajes para piso.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 1º de dezembro de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2013

Contratada: Metta Equipamentos Médicos Ltda.

Objeto: aquisição de aparelhos desfibriladores externos automáticos portáteis - DEA.

Sanção: o presidente e o 1º-secretário reformaram a decisão em que foi aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar com a administração pública estadual pelo prazo de 3 meses, para aplicar a sanção de advertência.

Fundamento legal: parágrafo único do art. 106 da Deliberação da Mesa nº 2.598.